

Secretaria de
Educação



PREFEITURA
CONTAGEM

A POLÍTICA PARA

INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

NA CIDADE DE CONTAGEM

2019



Secretaria de
Educação



A POLÍTICA PARA

INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

NA CIDADE DE CONTAGEM





Alexis José Ferreira de Freitas
PREFEITO

William Vieira Batista
VICE-PREFEITO:

contagem.mg.gov.br |  /PrefeituraContagem

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETÁRIA: SUELI MARIA BALIZA DIAS

SUBSECRETÁRIA DE ENSINO: DAGMÁ BRANDÃO SILVA

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO E OPERAÇÕES: SÉRGIO MENDES PIRES

ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO

ANA PAULA RODRIGUES DE SOUZA (PDI – EDUCAÇÃO INFANTIL)

CALAZANS JUNIO DA SILVA

ELAINE CRISTINA DOS SANTOS GOMES

ELIETTI MIRANDA DE PAULA NUNES

ÊNI DA CONCEIÇÃO MENEZ

JÉSSICA DE LOURDES F. NOGUEIRA

LUDMILLA SKREPCHUK SOARES

MARIA RITA VIEIRA

MAYRCE TEREZINHA DA SILVA FREITAS

SHIRLEY PIEDADE FERREIRA

REVISÃO: LAURA LORENA LUTKENHAUS

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/SEDUC

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONTAGEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTAGEM

Rua Coimbra, 100 - Bairro Santa Cruz Industrial – Contagem

E-mail: seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

Site: www.contagem.mg.gov.br/educacao

Escola é *o lugar*

De conviver e respeitar as diversidades

De aprender com as diferenças

Lugar de todos e todas com suas especificidades

Lugar de perguntar-se

De trocas

Lugar de diálogos

Convivências

Erros e acertos

Escutas e falas

Construções e desconstruções

Lugar de Ressignificações

Lugar onde as culturas se encontram e dialogam

Escola é lugar de acolhimento

De todas e todos

Sem distinção de raça, sexo, gênero e credo religioso

Lugar de afetos

Cheiros e sabores

Ensino e aprendizagem

Lugar de transformação!

(Rosângela da Silva)

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	7
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA	9
3. AEE – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	11
4. ORIENTAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA	21
5. EDUCAÇÃO DE SURDOS: DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO	28
6. PROJETO EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA	36
7. PDI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL PARA O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA	44
8. PARCERIA FAMÍLIA – ESCOLA: PROJETO CONTAGEM DE AFETOS	50
9. ANEXO 1: TELEFONES ÚTEIS E SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	54



10. ANEXO 2: LEGISLAÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	56
11. ANEXO 3: ATRIBUIÇÕES DO INTÉRPRETE	58
12. ANEXO 4: ATRIBUIÇÕES DO INSTRUTOR.....	60
13. ANEXO 5: AVALIAÇÃO PROFICIÊNCIA EM LIBRAS	62
14. ANEXO 6: MODELO PDI ENSINO FUNDAMENTAL	63
15. Anexo 7: CARTA DE APRESENTAÇÃO PDI EDUCAÇÃO INFANTIL...	84
16. ANEXO 8: MODELO DE PDI PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	89
17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura PDI - Plano Desenvolvimento Individual	46
---	----

Figura 2 – Figura 2- Elementos Que Compõem o Plano Desenvolvimento Individual -PDI	47
--	----

Figura 3 - Plano de Desenvolvimento Individual Política Pública de Educação Inclusiva	49
---	----





1. APRESENTAÇÃO

Defender os direitos da pessoa com deficiência e integrá-la aos diversos setores da sociedade deve ser tarefa de todos, a fim de que lhe seja proporcionado qualidade de vida, incluindo a equidade e o respeito, sobretudo, quanto ao tratamento que recebe. Desse modo, a legislação vigente prevê que cabe ao Estado e à sociedade como um todo eliminar os obstáculos que impedem que a pessoa com deficiência tenha uma vida ativa e participativa em seu meio. Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência trata dos direitos fundamentais, entre eles, o direito à saúde, ao transporte e à educação.

Educação Inclusiva é uma educação voltada para a cidadania, livre de preconceitos. Ela reconhece e valoriza as diferenças. Por esta razão cabe à Educação um dos mais importantes papéis: o de favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem, por meio de profissionais especializados, a crianças, jovens e adultos que apresentam algum tipo de necessidade especial, objetivando que frequentem classes de aula regulares, compartilhando as mesmas experiências e aprendizados com os demais estudantes.

Para que isso ocorra, contudo, é necessário que os profissionais da educação se atualizem quanto à sua prática pedagógica e ao seu conhecimento; e isso é o que a Prefeitura Municipal de Contagem, por meio da Secretaria Municipal de Educação, vem proporcionando ao disponibilizar cursos de formação destinados aos professores, diretores, pedagogos e demais profissionais, visando à qualificação do atendimento educacional aos estudantes com deficiência matriculados no município; elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual dos Estudantes com Deficiência (PDI), a fim de subsidiar sua trajetória escolar; projeto de Educação Física Inclusiva, com as devidas adequações,

para o pleno desenvolvimento e participação do estudante; Projeto de Alfabetização e Educação de Surdos, entre outras ações que exaltam as atividades realizadas pelas Unidades de Ensino, pelos profissionais e estudantes com deficiência, mostrando-lhes a importância de seus trabalhos e de seu empenho diário.

Visando tanto a consolidação como a continuidade desse trabalho tão importante para a Educação, apresentamos o documento orientador do processo de avaliação dos estudantes com deficiência do Ensino Fundamental o qual destina-se aos gestores escolares, pedagogos e professores, contendo os tipos de avaliações, o registro do desempenho escolar dos estudantes e as adaptações necessárias, considerando as especificidades de cada deficiência.

Assim, esperamos que esta cartilha possa impactar positivamente e corroborar o trabalho que já vem sendo realizado pelos profissionais da Educação, tornando o ensino ainda mais democrático, voltado para a formação e o desenvolvimento contínuo dos estudantes com deficiência da Rede Municipal de Ensino de Contagem.

Sueli Maria Baliza Dias
Secretária Municipal de Educação



2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

O processo de Inclusão escolar é um processo histórico e social em curso, para o qual muitos avanços foram conquistados porém, ainda temos muitos desafios quanto ao atendimento educacional diário para os estudantes com deficiência, na chamada escola regular.

Talvez o maior de todos os desafios seja a questão do olhar. A mudança de paradigma necessária para enxergar possibilidades no sujeito, que num primeiro olhar apresenta-se com muitas limitações.

Considerando as deficiências como um quadro permanente e, portanto, uma condição de vida do ser humano, precisamos educar nosso olhar, para ver as potencialidades, as habilidades e as competências que podem ser estimuladas e desenvolvidas, de maneira individualizada, pois cada estudante com deficiência é único em sua singularidade e requer um olhar atento e cuidadoso, um olhar humanizado. E todos, sem exceção, são capazes de aprender. Se é gente, aprende.

A educação Inclusiva, no Brasil, possui um robusto ordenamento jurídico, com leis, decretos e notas técnicas que regulamentam e dão as diretrizes para a Política Nacional de Educação Especial, especificamente para os Sistemas de Ensino que operacionalizam o serviço educacional a este público.

Em relação ao marco legal da educação inclusiva, no Brasil, destacamos a Lei Brasileira da inclusão, Lei nº 13.146/15 que assegura o direito ao atendimento educacional dos estudantes com deficiência em toda sua trajetória escolar, desde a educação infantil até o ensino superior, de modo a alcançar

o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Sendo assim, é necessário ofertar aos estudantes com deficiência uma série de serviços e adaptações, para atender às características de cada um e garantir seu pleno acesso aos diversos ambientes de aprendizagem da escola, aos currículos pedagógicos e demais atividades culturais, científicas e sociais oferecidas pela escola, em condições de igualdade, com os demais estudantes, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia e seu desenvolvimento enquanto sujeito de Direito.

Nesta perspectiva e em consonância com a legislação vigente, a Secretaria Municipal de Educação vem implementando ações e projetos que promovem a inclusão escolar na Rede de Ensino de Contagem, a saber: a ampliação de vagas no AEE - Atendimento Educacional Especializado, com a abertura de 7 (sete) novas Salas de Recursos Multifuncionais para o ensino Fundamental e educação infantil, a Rede de Formação continuada em serviço para todos os profissionais de educação: dirigentes, pedagogos, professores, professoras do AEE, profissionais de apoio à Inclusão (estagiários, cuidadores, intérpretes e instrutores de Libras), da educação infantil, ensino fundamental e EJA, a elaboração do instrumento pedagógico PDI - Plano de Desenvolvimento individual para o planejamento educacional de todos os estudantes com deficiência e laudo médico, a divulgação do documento orientador sobre o processo de avaliação dos estudantes com deficiência.

Também destacamos, a realização de rodas de conversas intersetoriais com as famílias dos estudantes com deficiência, Contagem de Afetos, com o objetivo de fortalecer a parceria família-escola através da escuta das famílias e dar encaminhamentos as suas demandas, a aquisição do teclado Multifuncional TIX, tecnologia assistiva para potencializar a comunicação e as aprendizagens dos estudantes com deficiência, os estudos de casos de alta complexidade, o projeto de Alfabetização e educação de surdos, o projeto de educação física inclusiva e o projeto Teacch para adaptação de autistas no ambiente escolar.

Acreditamos que o trabalho em Rede, entre a SEDUC, as escolas e as demais políticas públicas relacionadas a pessoa com deficiência, somadas ao conjunto de ações, recursos e mediações disponíveis para o atendimento educacional deste público, contribuem para qualificar nosso serviço, aumentam o desempenho acadêmico dos estudantes, sua autoestima e qualidade de vida.

Continuamos avançando!



3. AEE – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O AEE - Atendimento Educacional Especializado é o principal serviço de apoio aos estudantes com deficiência, de acordo com as diretrizes da Política de Educação inclusiva da Rede de Educação de Contagem, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (/SEESP/MEC/2008), à luz da Lei Brasileira da inclusão (Lei nº13.146 de 6 de julho de 2015).

As professoras do AEE atuam, diariamente, na promoção do Direito à educação para todos, e na eliminação de barreiras físicas e atitudinais ao acesso, permanência, participação e aprendizagens dos estudantes com deficiência, na construção da autonomia e independência destes sujeitos de direitos, considerando os diferentes espaços escolares de aprendizagem e convivência, bem como o fortalecimento da escola inclusiva e democrática e a valorização das diferenças, no processo educativo.

Partindo desse pressuposto, apresentamos as modalidades do AEE na Rede de Educação de Contagem, a partir de um breve histórico da implantação e ampliação da oferta desse serviço, a organização dos processos de trabalho, os fluxos do atendimento educacional especializado, os recursos pedagógicos e adequações necessárias para desenvolver soluções e potencializar as habilidades dos estudantes com deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um serviço complementar e/ou suplementar que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O AEE constitui oferta obrigatória para os sistemas de ensino e visa o desenvolvimento da autonomia e independência dos estudantes com deficiência, através de intervenções que visam estimular as habilidades sociais, afetivas, sensoriais, motoras e cognitivas dos sujeitos.

O público-alvo do AEE são estudantes com deficiência física, intelectual ou sensorial, transtorno do espectro autista e estudantes com altas habilidades ou superdotação. De acordo com a Resolução N°4/2009, Art. 4º é público do Atendimento Educacional Especializado:

- ③ Alunos com deficiência: aqueles com impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual ou sensorial;
- ③ Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação (atualmente denominado Transtorno do Espectro Autista – TEA);

O AEE é ofertado em todas as etapas e modalidades da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e EJA - Educação de Jovens e Adultos e tem por objetivo apoiar os estudantes com deficiência a superar as barreiras ao acesso à escola regular, à participação dos estudantes com deficiência em todas as atividades culturais, sociais, científicas e pedagógicas da escola e promover as aprendizagens, bem como garantir a permanência dos estudantes com deficiência, na escola, durante toda a vida escolar.

São atividades realizadas no AEE: estimulação e intervenção precoce na primeira infância, ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, utilização de recursos de tecnologia assistiva, adequações e produção de materiais didáticos de acordo com a necessidade específica de cada estudante, acolhimento familiar, realiza a anamnese com as famílias, dá orientação de mobilidade e organização espacial, uso de materiais táteis e do sorobã, uso de recursos ópticos e desenvolve outros recursos de acessibilidade como o plano inclinado, engrossadores de lápis, quadro magnético com

letras imantadas, adequações no mobiliário escolar, entre outras.

Além das funções e atribuições específicas relacionadas ao atendimento nas salas de recursos multifuncionais, a professora do AEE tem papel fundamental na articulação e integração com os professores da sala de aula regular, no sentido de viabilizar a presença do estudante com deficiência na sala de aula comum, garantindo seu direito à Educação, em igualdade de condições com os demais colegas.

Como articuladoras as professoras do AEE devem compreender a escola como um ecossistema dinâmico, com vários atores: dirigentes, pedagogos, professores, profissionais de apoio à inclusão e as famílias, de modo geral. A professora do AEE deve dialogar com todos os atores que constituem a comunidade escolar.

Ademais, a professora do AEE deve fazer parcerias intersetoriais, com as políticas públicas que têm interface com a inclusão escolar e com os profissionais de saúde que atendem o estudante com deficiência, nas suas necessidades clínicas, a fim de conhecer o sujeito de maneira holística, considerando suas habilidades e competências e suas limitações.

Marco Legal

O Ministério de Educação e Cultura (MEC), desde 2005, realiza o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, com o objetivo de apoiar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com deficiência, matriculados em classes comuns no ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

O programa integra o rol de políticas públicas para atendimento das demandas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), Decreto nº 6.094/2007, Decreto nº 7.611/2011, Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010, Nota Técnica nº 42 / 2015, Resolução CNE/CEB nº 4/2009, Art. 58 da LDB 9394/96 e Art. 208 da Constituição de 1988.

O programa disponibiliza para as escolas públicas de ensino regular materialidade específica para organização do espaço de Atendimento Educacional Especializado. Em contrapartida, cabe ao sistema de ensino fornecer o espaço físico e profissionais qualificados para o atendimento complementar e/ou suplementar aos estudantes com deficiência ao longo de sua vida escolar (Educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA).

No Município de Contagem, a Política de Educação Inclusiva define o AEE como o serviço que: “Identifica, elabora e organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes com deficiência, na escola regular.” (Contagem 2015).

A oferta do atendimento educacional especializado iniciou-se, na Rede de Educação de Contagem, desde 2005, com a abertura da primeira sala de recursos multifuncionais, na então Escola Municipal Pedro Pacheco, para os estudantes surdos, cegos e com baixa visão.

Em 2010, foram instaladas mais seis salas de recursos multifuncionais, nas escolas municipais atendendo a todas as deficiências: Escola Municipal Dona Babita Carmargos, Escola Municipal Prefeito Luiz da Cunha, Escola Municipal Cel. Joaquim Antônio da Rocha, Escola Municipal Ivan Diniz Macedo, Escola Municipal Walter Fausto do Amaral e Escola Municipal Dona Gabriela Leite Araújo, todas com materialidade cedida pelo MEC.

Ainda 2010, a Rede de Contagem inovou a oferta do AEE, com uma nova modalidade, para atender às demandas da educação infantil: o AEE móvel. Nessa modalidade, as professoras se deslocam até a Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) e atendem as crianças com deficiência junto aos seus pares de idade, de maneira coletiva ou individual, observando as Diretrizes pedagógicas da educação infantil, no que se refere ao “Educar e Brincar, Brincar e Educar”.

Até 2016, o município já contava com 25 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) com capacidade para atender, em média, 25 estudantes/mês, em cada SRM do ensino fundamental, além do atendimento itinerante na educação infantil, no qual atuavam cinco professoras, atendendo aproximadamente 125 crianças.

Desde 2016, o Governo Federal e o Ministério da Educação e Cultura não têm autorizado a abertura de novas salas de recursos multifuncionais, em razão da escassez de recursos financeiros e a transição e descontinuidade de políticas públicas da educação especial, culminando com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, em janeiro de 2019, por meio do Decreto nº9.465/19.

A partir de meados de 2018 até dezembro de 2019, iniciou-se a expansão da oferta de vagas no AEE, na Rede de Educação de Contagem, exclusivamente com investimentos do tesouro municipal, com a ampliação do serviço e a abertura de oito novas Salas de Recursos Multifuncionais- SRM, sendo, seis, para o ensino fundamental: Escola Municipal René Chateaubriand, Escola Municipal José Lucas Filho, Escola Municipal Senador José de Alencar, Escola Municipal Albertina Alves do Nascimento, Escola Municipal Sócrates Mariani Bittencourt e Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida. Com a abertura das novas salas para o Ensino Fundamental, totalizamos 31 salas de recursos multifuncionais.

Na educação infantil, também ampliamos a oferta, com a introdução do modelo híbrido de atendimento na Educação Infantil, com três professoras no atendimento itinerante, nas regionais: Petrolândia, Vargem das Flores, Ressaca e Nacional, e a abertura de duas salas de recursos multifuncionais, para estimulação precoce, na Escola Municipal Antônio Carlos Lemos, para atender a demanda da Educação Infantil das Regionais: Eldorado, Sede e Industrial.

Nas Salas de Recursos Multifuncionais são realizadas diversas atividades como: a observação individual e coletiva, a estimulação sensorial (5 sentidos), força, velocidade, equilíbrio, flexibilidade, resistência, a capacidade de criação, a utilização de cores, o reconhecimento e utilização de objetos do cotidiano familiar, as atitudes de cooperação, estimulação artística (pintura, modelagem, colagem, escultura, reciclagem, teatro, jogos), dança e música, desenhos, a contação de histórias, produção de fotografias e vídeos, uso de objetos suspensos e giratórios, circuitos, móveis, brinquedos e outros.

Em continuidade a ampliação de vagas no AEE, destacamos o Convênio firmado pela Secretaria Municipal de Educação com o CAIS - Centro de Atendimento e Inclusão Social, no período de 2018 e 2019, tendo sido renovado para o biênio 2020/2021, para atender mais cem crianças com deficiência por mês, das creches parceiras da Prefeitura de Contagem, além das unidades da Rede própria, com a oferta do AEE, semanalmente, de acordo com a necessidade de cada criança.

A Política Municipal de Educação Inclusiva tem como foco a valorização e ampliação do Atendimento Educacional Especializado, devido a sua importância para grande parte dos estudantes com deficiência, em relação às estimulações e intervenções que são realizadas com os diferentes sujeitos.

É importante ressaltar que o atendimento educacional diário e o atendimento educacional especializado é, muitas vezes, para os estudantes mais vulnerá-

veis, o único serviço público que as famílias acessam, constituindo-se, assim, num atendimento fundamental para o desenvolvimento do sujeito, seu bem-estar, melhorando sua autonomia e qualidade de vida.

As professoras do AEE, através do PAEE - Plano de Atendimento Educacional Especializado promovem diariamente o acompanhamento desses estudantes nas escolas, sobretudo nas unidades escolares onde estão as salas de recursos multifuncionais, tornando-se referência para toda comunidade escolar, em relação aos estudantes com deficiência. Elas também contribuem na construção coletiva do PDI - Plano de desenvolvimento individual para o planejamento do atendimento escolar do estudante com deficiência, cabendo às professoras especialistas em inclusão, o processo de avaliação diagnóstica do estudante, através do acolhimento e escuta familiar, na elaboração da anamnese de cada estudante.

Atribuições das Professoras do AEE

A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008:

1. Promover o acesso e as condições para uma educação de qualidade.
2. Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

3. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado (PAEE), avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e as necessidades do estudante.
4. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes, na sala de recursos multifuncional.
5. Acompanhar as atividades e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola.
6. Estabelecer parceria com a equipe pedagógica da escola para construção, execução e acompanhamento do PDI.
7. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante.
8. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o sorobã, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar as habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia, atividade e participação.
9. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes, nas atividades escolares.
10. Contribuir com a construção do portfólio das atividades pedagógicas dos estudantes que atende, inclusive com registros fotográficos.
11. Promover atividades e espaços de participação da família e interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.
12. Participar de reuniões pedagógicas da rotina escolar.
13. Realizar o planejamento das atividades individuais e coletivas nas salas de recursos e outros ambientes pedagógicos da rotina escolar.
14. Participar do Programa de Formação continuada oferecido pela Superintendência de Projetos Especiais e Parcerias da Secretaria Municipal de Educação.
15. Realizar assessoria às escolas e registrar por meio dos formulários men-

saís, disponibilizados pela Superintendência de Projetos Especiais e Parcerias da Secretaria Municipal de Educação.

ROTINA DE TRABALHO PROFESSORAS DO AEE

1. Cada professora atende em média 25 estudantes com deficiência, na sala de recursos multifuncionais;
2. O Atendimento educacional especializado pode ser individual ou coletivo, no mínimo uma vez por semana, durante uma hora (de segunda a sexta-feira);
3. A escuta das famílias e a anamnese dos estudantes com deficiência acontece através de entrevista sigilosa subsidiando o desenvolvimento do PAEE - Plano de Atendimento Educacional especializado do estudante;
4. Construir e executar o PAEE de cada estudante com deficiência;
5. Realizar visitas às escolas para assessoria às pedagogas, professoras da sala de aula regular e profissionais de apoio à inclusão devem ser realizadas de acordo com a demanda de cada unidade escolar (preferencialmente às sextas-feiras);
6. Participação nas formações e capacitações em serviço, de acordo com o cronograma da Rede de Formação da Seduc;
7. Devolutiva para as famílias do Atendimento Educacional Especializado, deve acontecer a cada 12 encontros, trimestralmente.
8. Participação no processo de elaboração do PDI – Plano de Desenvolvimento Individual dos estudantes com deficiência (preenchimento das partes 1, 2 e 3).

OBJETIVOS DO AEE- Atendimento Educacional Especializado

- ① Oferecer atendimento complementar e/ou suplementar ao estudante com deficiência no contra turno escolar;
- ① Manter atualizado o cadastro dos estudantes, com deficiência, matriculados na Rede de Educação de Contagem, no Blog Estuda Contagem;
- ① Divulgar para a comunidade escolar e para as famílias a oferta de vagas

para o atendimento educacional especializado;

- ③ Articular de maneira permanente com a escola regular: diretores, pedagogos, professores e profissionais de apoio à inclusão;
- ③ Participar dos projetos institucionais: Projeto Piloto da inclusão, projeto de alfabetização dos surdos, projeto de educação inclusiva, entre outros;
- ③ Contribuir com o processo de elaboração e execução do PDI - Plano de Desenvolvimento Individual dos estudantes com deficiência;
- ③ Atender as famílias dos estudantes com deficiência;
- ③ Participar dos estudos de casos de alta complexidade dos estudantes com deficiência, quando necessário.

MATERIALIDADE

Outro importante eixo no AEE é a materialidade, a produção individualizada e customizada de materiais de baixa tecnologia como: pranchas de comunicação alternativa, jogos, tesoura acessível, material pedagógico para o ensino de Libras, livros de literatura em alto-relevo, maquetes, miniaturas, material com caracteres ampliados, adaptações no mobiliário como plano inclinado, cadeira de rodas com mesa escolar, recursos ópticos como lupa, bengala, máquina de escrever em Braille, entre outros.

O AEE conta também com uma infinidade de recursos de alta tecnologia, como áudio livros, vocalizadores, softwares, aplicativos, teclados inteligentes, *tablets* funcionais, acessórios para acessibilidade, entre outros.

Recentemente, a Prefeitura de Contagem, por meio da Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Orçamento, adquiriu a tecnologia assistiva: Teclado multifuncional TIX, juntamente com o software educacional Simplex e acessórios para facilitar a acessibilidade dos estudantes: detector de piscadelas de olhos a-blinx, a colmeia acrílica que evita toques involuntários nos botões do teclado TIX, o Penso, acionador por sopro ou pressão de ar e o botão TIX, acionador grande para controlar o TIX sem tocar em suas teclas.

Esse investimento em tecnologia, amplia as possibilidades de aprendizagem e comunicação, bem como o estímulo a diversas funcionalidades cerebrais visando a promover o desenvolvimento de autonomia e das aprendizagens dos estudantes com deficiência, sobretudo aqueles com deficiências motoras

severas e deficiência intelectual.

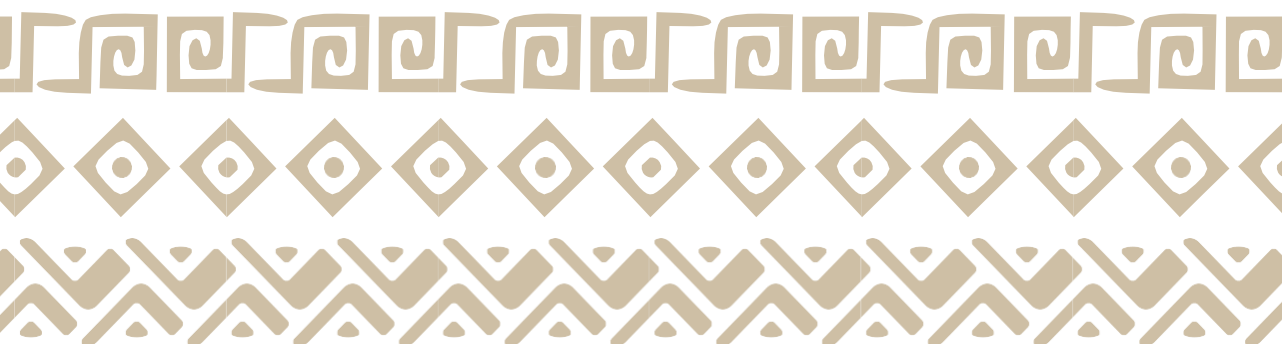
O TIX - Teclado Inteligente Multifuncional possibilita qualquer pessoa usar computadores e dispositivos móveis, independente de sua capacidade motora. Todas as funções do teclado e mouse estão presentes em doze teclas sensíveis ao toque, que podem ser acionadas com as mãos ou pés, pelo sopro ou com o piscar de olhos, tornando-se uma inovadora ferramenta para inclusão escolar, reabilitação e comunicação alternativa.

Com o TIX, é possível criar pranchas de comunicação alternativa e montar atividades individualizadas, associativas, usando imagens e sons, potencializando o desenvolvimento cognitivo e a capacidade de se comunicar dos estudantes com deficiências intelectuais e transtornos diversos.

Por fim, vale enfatizar a função complementar ou suplementar do AEE e da Educação Especial, não podendo ter caráter substitutivo ao atendimento escolar na escola regular, devendo ser realizado no turno inverso da matrícula na Rede comum, no caso do Ensino Fundamental e EJA - Educação de Jovens e Adultos.

A matrícula do público-alvo da Educação Especial (estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação) será contabilizada duplamente no âmbito do FUNDEB; conforme declarado no Educacenso, para fins de pagamento da per capita de custeio da educação básica e este recurso deve ser destinado para a manutenção do AEE e demais serviços de apoio aos estudantes com deficiência.

A inclusão do AEE no Projeto Político Pedagógico da escola da Rede regular de ensino é atribuição dos gestores escolares e supervisão pedagógica, com a participação da comunidade acadêmica.





4. ORIENTAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

Avaliar o estudante com deficiência requer a observação constante de todos aqueles que estão envolvidos no processo educacional desse, nos vários espaços da escola, sem se ater, apenas, ao seu rendimento de aprendizagem na sala de aula. É preciso conhecer minimamente o processo cognitivo dele, ou seja, como esse estudante aprende, como é sua trajetória escolar, como se deu seu desenvolvimento evolutivo, suas habilidades, seus interesses e suas limitações.

A avaliação do estudante com deficiência deve ser processual e, portanto, não se deve restringir ao momento terminal do seu processo educativo. É preciso avaliar o estudante com deficiência com o objetivo de criar possibilidades de ação pedagógica sobre o seu aprender; definir as estratégias e metodologias utilizadas em sala de aula, a fim de possibilitar o seu acesso ao conhecimento.

Não devemos avaliar o estudante com deficiência a partir do que ele não sabe, ou do que ele não faz. Devemos explorar suas potencialidades e oferecer as adaptações necessárias para que ele possa acessar o currículo escolar, ou mesmo o currículo funcional para desenvolvimento das AVDs - Atividades

de Vida Diária, adquirindo, assim, maior autonomia, qualidade de vida e bem-estar, além de possibilitar sua integração e socialização no ambiente escolar e social.

As necessidades especiais de aprendizagem devem ser consideradas individualmente, no processo educativo. Por isso, o Plano de Desenvolvimento individual – PDI é o instrumento pedagógico que norteará o processo educativo do estudante com deficiência, indicando as mediações e adaptações necessárias, bem como as estratégias que direcionarão o trabalho pedagógico com cada estudante com deficiência, prevendo, inclusive, as devidas adaptações nas suas avaliações.

Para avaliar o estudante com deficiência, é preciso realizar uma análise investigativa, a fim de conhecer o que ele já sabe, seu potencial, sua capacidade; identificando as áreas de seu interesse e suas habilidades, bem como suas necessidades especiais de aprendizado. Para isso, sugere-se o estudo do caso do estudante, juntamente à assessoria da professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE que atende a unidade escolar na qual o estudante está matriculado.

Deve-se pensar no potencial do estudante, no que ele pode realizar, o quanto poderá desenvolver nos avanços alcançados por ele, frente as intervenções realizadas pelo professor.

O estudante com deficiência é amparado legalmente pela Lei Brasileira de Inclusão, LBI nº 13.146/15 que garante os serviços, mediações e adaptações necessárias para transpor quaisquer barreiras que impeçam a acessibilidade física e cognitiva do estudante com deficiência, no ambiente escolar:

Artigo 27. V: Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.



AS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS

A seguir, indicamos algumas possibilidades de adaptações/adequações para as avaliações dos estudantes, considerando as especificidades dos diferentes tipos de deficiência que possuam. As adaptações, muitas vezes, são simples como: avaliação oral, ampliada, fragmentada, ilustrada, com recursos sensoriais, lupas, escriba, ledor, braile, libras, fichas de comunicação, comunicação assistiva, entre outras.

A avaliação do estudante com deficiência exige o respeito ao atendimento específico dos estudantes em todos os seus aspectos, incluindo habilidades e dificuldades. Deve-se considerar, antes de tudo, os sujeitos para que se possa distingui-los pelas deficiências que venham a apresentar.

Ao atribuir nota ao estudante com deficiência, esse não pode ser comparado aos demais alunos, sobretudo porque os critérios de avaliação serão diferenciados. As unidades escolares deverão emitir histórico escolar para os estudantes avaliados com notas e apresentando a frequência mínima para aprovação. Para os demais estudantes que não serão avaliados com nota e sim por relatório descritivo, de acordo com o PDI, deve-se tracejar o campo de notas e acrescentar, no campo observação, a seguinte informação: "estudante avaliado de acordo com o relatório descritivo em anexo".

AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE SURDO

Os estudantes surdos possuem outro padrão sensorial para aprendizagem. Eles necessitam da atribuição de significado à imagem gráfica. A escrita do português não se dá por via fonética como para estudantes ouvintes. A avaliação deve considerar as expressões corporal e facial, a dramatização, a contextualização de situações vividas, o uso de filmes, entre outros recursos. Para a leitura, a utilização de leitura visual de imagens, ícones, sinais, símbolos e signos linguísticos, bem como a interpretação por meio do desenho é fundamental. A leitura de textos escritos deve seguir texto-frase-palavras-sí-



labas-letras. Na escrita, deve-se proporcionar atividades que vão do desenho à palavra e vice-versa, da frase ao desenho e vice-versa, do texto ao desenho e vice-versa, sempre apresentando diferentes gêneros textuais e discursivos

AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A maioria dos estudantes com deficiência intelectual (DI) conseguem acompanhar os conteúdos curriculares, mediante pequenas adaptações, que promovam o estímulo à inteligência, para que o estudante possa evoluir. A DI não torna o estudante incapaz de crescimento e de desenvolvimento cognitivo, por isso é importante oferecer atividades que mobilizem o raciocínio a partir da avaliação diagnóstica, propor atividades com sentido, evitando-se a simples repetição e memorização. O estudante com DI necessita de atividades que provoquem dificuldades verdadeiras, que exijam seu esforço na realização. O reconhecimento e estímulo devem ser constantes, mas sempre mediante a resolução e a produção que tenham significado e que correspondam a desafios cognitivos para o estudante.

É preciso, também, evitar atividades mecânicas, sem esforço intelectual; avaliar como o estudante se relaciona com o conhecimento, como responde às solicitações: atitude de dependência ou autonomia, se lida bem com os recursos utilizados em sala de aula; como interage com colegas: se apresenta melhor desempenho individualmente ou em pequenos grupos ou, ainda, em grupos maiores. As solicitações devem ser claras e o professor e/ou o profissional

de apoio deve verificar se e como o estudante entendeu o que está sendo solicitado. Quando necessário, deve-se realizar intervenções específicas para o desenvolvimento de suas funções cognitivas, atitudinais e procedimentais para a aprendizagem escolar, bem como a indicação de recursos pedagógicos de acessibilidade e o Atendimento Educacional – AEE especializado.

AValiação DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL

No caso dos estudantes com cegueira total ou baixa visão, toda a experiência escolar deverá ser pensada na perspectiva tátil e auditiva. O acesso à informação, ao currículo e ao convívio social deve ser possibilitado por meio do tato, da audição e da experiência corporal, da linguagem e da tecnologia assistiva. Os estudantes com cegueira possuem o mesmo potencial de desenvolvimento e de aprendizagem de outras crianças, apenas se utiliza de estímulos e vias sensoriais alternativas.

Tanto o planejamento pedagógico quanto a avaliação da aprendizagem dos estudantes com deficiência visual precisam considerar que o tato, a audição e a linguagem são os principais meios de aprendizagem, e a mediação do professor e dos colegas será a garantia de formação de representações mentais por meio de imagens tátil. Também é indicado o uso do Braille, caso o estudante tenha domínio dessa linguagem.

AValiação DOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Os estudantes diagnosticados com autismo possuem características comuns, mas o modo ou intensidade com que se manifestam são individuais. As mediações e metodologias para o ensino não se devem pautar pelo transtorno, mas sim pelo sujeito. A participação na vida escolar e a avaliação diagnóstica são muito importantes, além disso é preciso orientar o planejamento pedagógico, tendo em vista: campos da comunicação, da interação social, dos interesses e comportamento diante da rotina escolar; a mediação, os recursos, as rotinas e as características das atividades. O Professor deve adotar o uso de imagens (objetos, miniaturas, fotos, desenhos) para estimular o maior interesse do estudante e seu melhor acesso ao tema e conteúdos trabalhados. A antecipação da rotina, das mudanças de ambiente e da sequência de atividades também devem ser apresentadas previamente ao estudante autista.

A avaliação poderá ser escrita ou oral, de acordo com a identificação da forma mais eficiente de expressão para o estudante. Os casos de maior complexidade, considerados autistas severos ou clássicos, serão avaliados de acordo com os objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI do estudante, por meio de relatório descritivo.

AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

A maioria dos estudantes com deficiência física ou motora têm preservados seus aspectos cognitivos e necessitam da utilização de recursos pedagógicos acessíveis para a mediação das suas limitações, tais como: fichas de comunicação assistiva ou softwares de comunicação alternativa, adaptações simples como ilustrações, substituição de respostas escritas por respostas a serem assinaladas, cadernos e papéis maiores, uso de plano inclinado, materiais adesivos ou tipos específicos de lápis, ou, até mesmo, apontar para a resposta escolhida, olhar, o uso de materiais móveis e/ou colantes, representação imagética de objetos e palavras.

O REGISTRO

Em seguida, apresentamos informações e sugestões sobre as possibilidades de adaptações avaliativas para os estudantes com deficiência, em consonância com a Legislação vigente. Apresentamos, ainda, os processos avaliativos e os tipos de registros: relatório descritivo ou boletim (nota).

Como vimos, o processo de avaliar é complexo diante da singularidade de cada estudante com deficiência e, nem sempre, será possível avaliar o estudante com deficiência por meio de testes e provas com o intuito de verificar o que ele sabe e atribuir-lhe uma nota, em uma graduação que possa considerá-lo aprovado ou reprovado, por meio das tradicionais avaliações a cada trimestre letivo.

Muitas vezes, o desenvolvimento ao longo da vida escolar do estudante com deficiência, sobretudo os estudantes com múltiplas deficiências e maior grau de comprometimento cognitivo, não poderá ser mensurado por nota ou valor numérico. Nesses casos, indica-se o relatório descritivo.

Sendo assim, teremos o registro do rendimento escolar, por meio do Boletim escolar, com a indicação dos conteúdos avaliados e nota, em cada etapa avaliativa, para TODOS os estudantes com deficiência que têm condições de

escolarização e letramento, e que acompanham os conteúdos curriculares, mesmo com as adaptações necessárias.

Os demais estudantes com múltiplas deficiências e limitações, no processamento cerebral que impedem a alfabetização e o letramento, serão avaliados, por meio de relatório descritivo, com ênfase nos aspectos de seu desenvolvimento, considerando:

- ③ a linguagem ou outros meios de comunicação e expressão;
- ③ a motricidade;
- ③ a integração ao ambiente escolar;
- ③ socialização;
- ③ comportamento;
- ③ questões emocionais;
- ③ questões psicológicas.

Ressalta-se que outros aspectos podem vir a ser considerados e descritos, quando observamos o quadro do estudante com deficiência como um todo.

Nesse sentido, avaliar é pensar no quanto o estudante se desenvolveu a partir das estratégias e dos desafios intelectuais significativos propostos, bem como as intervenções pedagógicas utilizadas para que ele aprendesse, considerando seu ritmo próprio e a finalidade educativa ou objetivo pedagógico constante no seu PDI, a fim de replanejar a ação educativa do professor para oferecer melhor acessibilidade cognitiva ao estudante com deficiência.

Por fim, a avaliação deve ser vista como um processo e não como um fim ou um teste para aferição de resultados. Cabe ao educador transformar o ato avaliativo em um prazeroso momento de descoberta e aprendizado de novos conhecimentos.

Outro aspecto importante, no que se refere ao processo avaliativo do estudante com deficiência, é a discussão dos casos no Conselho de classe, a fim de analisar sua aprendizagem e o desenvolvimento das suas habilidades, seus avanços e dificuldades, bem como a devida adequação dos métodos e estratégias de ensino, objetivos, metas e indicadores pedagógicos definidos no PDI, e os resultados efetivamente alcançados



5. EDUCAÇÃO DE SURDOS: DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO

A trajetória da educação de surdos é longa e tem apresentado avanço, o qual, dentre outras questões, ocorreu devido à mudança do modelo clínico terapêutico que, durante muitos anos, via o sujeito com deficiência como um ser patológico, pois faltava-lhe a audição e, conseqüentemente a fala. Utilizando o termo deficiente auditivo na definição do sujeito. Termo que é rejeitado pela comunidade surda. As práticas pedagógicas desse modelo eram reabilitadoras com o objetivo de desenvolver a ortopedia da fala. Até a década de 80, portanto, o objetivo das escolas brasileiras para surdos eram oralizar os estudantes. Temos relatos na literatura de práticas como amarrar as mãos dos surdos para que os mesmos não gesticulassem para se expressar.

Em oposição a esse modelo, surgiu o modelo sócio – antropológico que define o sujeito como ser social de direitos, numa visão ampliada de suas habilidades e potencialidades a serem desenvolvidas; o sujeito com identidade cultural própria. Especificamente, os surdos, independente da intensidade de sua perda auditiva, reconhecendo-se como surdo, pertencente a uma comunidade, um grupo de pessoas que valoriza e percebe o mundo pela experiên-

cia visual e utiliza-se de outro sistema linguístico para se comunicar, a Libras.

Todavia, o acesso dos estudantes surdos à educação regular e aos demais bens culturais e serviços sociais ampliou-se consideravelmente nas últimas duas décadas. A surdez deixa de ser entendida como incapacidade do sujeito e este é compreendido como alguém que vivencia suas experiências no mundo, através da visão, outro canal sensorial.

A compreensão da surdez numa perspectiva antropológica de valorização de identidades e culturas distintas. Nesse sentido, entende-se que a comunidade surda partilha o modo de ser e pensar das pessoas com percepção sensorial visual, sua história, sua arte, sua língua.

A partir do reconhecimento da identidade surda, as estratégias de ensino na educação de surdos mudaram. A Língua Brasileira de Sinais tornou-se a primeira língua para os surdos, L1 e assumiu a função de ser a língua da interação face a face entre os sujeitos: ouvintes – surdos e surdos-surdos e a Língua portuguesa escrita, tornou-se a L2.

A Educação de surdos é regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, que define as diretrizes e obrigаторiedades para aos sistemas de ensino.

Antes mesmo de apresentarmos os desafios do processo de ensino aprendizagem de duas línguas com modalidades diferentes de maneira simultânea, no contexto da sala de aula, de turmas com estudantes surdos, trataremos das especificidades dos estudantes surdos, pois não é um grupo homogêneo.

Muitos estudantes surdos chegam à escola com uma grande carência linguística, sem uma língua com a qual possam se expressar e compreender os outros e os conteúdos ministrados pelos professores. Numa situação de



exclusão e incomunicação que muitas vezes os torna invisíveis, privados de qualquer tipo de interação discursiva com seus pares, no ambiente escolar. Quase sempre essa situação se dá devido ao contexto familiar e a falta de incentivo para o aprendizado da Libras. Entretanto, nem todos os surdos têm aceitação ou acesso à língua dos sinais, sobretudo quando os pais são ouvintes não compreendem a importância do aprendizado da língua de sinais para escolarização e socialização de seus filhos.

A grande maioria dos estudantes surdos matriculados, atualmente, na Rede de Ensino de Contagem, são crianças e adolescentes surdos filhos de pais ouvintes, enquanto alguns são ouvintes filhos de pais surdos, chamados Co- das e outros são surdos filhos de surdos.

Algumas crianças surdas acabam por desenvolver uma comunicação gestual, para se expressar, esta é, por vezes, difícil de ser compreendida além do ambiente doméstico. Muitas crianças realizam o implante coclear para melhorar a audição e utilizam aparelhos auditivos e outros recursos tecnológicos a fim de melhorar a fala/oralidade e também, muitas desenvolvem a habilidade da leitura labial no processo comunicativo.

De certa maneira, a oralidade sempre foi imposta à vida do surdo, seja pelo convívio com inúmeros interlocutores ouvintes que não utilizam da língua de sinais para se comunicarem, seja pelas possibilidades de tecnologias e práticas reabilitadoras disponíveis atualmente na sociedade.

Essa breve explanação já nos mostra como é difícil a socialização desses sujeitos sem a aquisição da linguagem. Os desafios são inúmeros no processo de ensino aprendizagem, pois estes estudantes precisam de um código linguístico comum para saírem da condição do isolamento social e ter oportunidade de aprender. Eles precisam, muitas vezes, “desaprender” os sinais domésticos, desenvolvidos a partir de um sistema gesticular simples e rudimentar e tornar-se um sinalizador em Libras, e, além disso precisa ser alfabetizado em L1, ou seja, compreender a gramática e a sintaxe da Língua Brasileira de Sinais para depois se apropriar da L2, Língua Portuguesa escrita.

O cérebro humano está neurologicamente preparado para desenvolver uma língua, não necessariamente a fala. A linguagem está ligada à natureza humana tanto no aspecto biológico quanto psicossocial. Por isso, quanto mais cedo a criança surda for exposta ao contato com a Língua de Sinais, ou seja, quanto mais cedo tiver acesso a uma língua estruturada, maior será seu repertório cultural e simbólico, melhor será seu aprendizado escolar, alcançando níveis elevados na educação formal, melhor será sua interação com outras

pessoas, na medida que se torna fluente em Libras, alcança melhores resultados na vida acadêmica e profissional.

Um outro aspecto, que deve ser considerado ao discutirmos as Diretrizes da política da educação de surdos, refere-se estritamente a questão da deficiência e suas limitações. Alguns estudantes surdos possuem outras comorbidades associadas a surdez, como por exemplo: deficiência intelectual, deficiência motora, transtorno do espectro autista ou múltiplas deficiências que impedem o aprendizado da Língua de sinais como: Processamento cerebral lento, dificuldade de memorização, impossibilidade de sinalizar devido à ausência de coordenação motora fina nas mãos, entre outras.

Esses estudantes, provavelmente, não irão adquirir nem a Libras, como L1, nem o Português, como L2. Seu processo de aprendizagem deverá considerar suas limitações e formas alternativas de comunicação, atividades de vida diária, uso de recursos tecnológicos, entre outras possibilidades de intervenções e estimulações sensoriais, motoras e cognitivas.

Voltemos ao contexto da escola regular, da sala de aula, das turmas com estudantes surdos, em que a maioria do grupo: professores e colegas não são falantes de libras e na maioria das vezes o estudante surdo é único, não tem outro colega surdo no mesmo ambiente.

A chegada de um estudante surdo na sala de aula, suscita várias indagações: como o estudante surdo se comporta? Como ele aprende? Quais são seus hábitos linguísticos e sociointeracionais? Como ele se comunica e interage em diferentes condições e ambientes? Como vou ensiná-lo se não me comunico com ele? Como será a relação com o intérprete educacional e o instrutor de Libras? E com os outros estudantes?

Essas perguntas representam um grande desafio para a escola, para a sala de



aula, para pedagogia e para educação. Precisamos construir possibilidades, caminhos de aprendizagem, novas estratégias de ensino aprendizagem.

Mas, o primeiro passo, é conhecer o sujeito. Quem é esse meu estudante? Novamente, reafirmamos a importância do PDI - Plano de desenvolvimento individual do estudante, nesse processo inicial de conhecer o outro, de transitar num universo individual e diferente, desconhecido e surpreendente. Um universo que irá nos apresentar as particularidades do processo educativo e do letramento de pessoas surdas.

No caso dos estudantes surdos, o desafio é enorme, pois precisam aprender com proficiência a Língua de sinais que é gestual espaço/visual para aprender e interpretar uma língua oral/auditiva que é o Português, sobretudo para desenvolver a leitura, adquirindo assim competência lexical e gramatical em português.

Ainda considerando o contexto complexo da educação para surdos, ressaltamos a importância da Língua Brasileira de Sinais. Paulo Freire dizia: "existe um movimento dinâmico entre pensamento, linguagem e realidade. Logo, o fluxo da língua de sinais é importante para intermediar o processo de aprendizagem do estudante surdo.

Para os docentes, cabe a reflexão e análise crítica das práticas pedagógicas e do processo de construção do conhecimento a partir da relação entre língua/linguagem verbal e não verbal, o fenômeno das práticas bimodais Libras/português falado e a sobreposição e alternância de línguas que ocorrem na sala de aula com estudantes surdos e a presença do intérprete educacional e o instrutor de Libras, professores e demais estudantes ouvintes e um estudante surdo.

Sabemos que a interação dos estudantes com seus pares de idade auxilia no processo de aprendizagem. No caso dos surdos em turmas de ouvintes, como se dá essa interação?

A organização espacial da sala de aula onde tem estudante surdo é um elemento central da interação, uma vez que a mesma será estabelecida por meio de uma língua gesto/visual. As expressões faciais e corporais tornam-se importantes referentes na comunicação não-verbal.

A turma com surdos, deve ser organizada de modo a ampliar o campo de visão do estudante surdo para interagir com os outros colegas e vivenciar oportunidades de aprendizagem e participação. A aprendizagem da Libras exige contato visual constante, por isso o posicionamento das carteiras escolares

em círculo, o posicionamento do intérprete à frente junto ao professor, são detalhes importantes para apropriação da Língua de sinais pelos surdos e, também pelos ouvintes, que podem aprender com o colega surdo.

A sala de aula é compreendida como um espaço cultural e comunicativo e a competência comunicativa permeia todo trabalho escolar, das interlocuções às aprendizagens, passando pela construção de sentido e significado no processo de aprendizagem, na convivência diária e nas práticas culturais do grupo.

Os estudantes surdos possuem uma competência comunicativa diferenciada, quando utilizam a língua de sinais têm acesso aos conteúdos, conseguem traduzir textos do português escrito para Libras, através de sinalização simultânea, de maneira bastante natural, quando possui proficiência em Libras e memoriza bastante variedade de sinais, dando significado ao texto, além da relação palavra-sinal.

A complexidade no processo de ensino aprendizagem para o estudante surdo é imensa, principalmente na aquisição da leitura, no contexto da educação bilíngue. As práticas de Letramento em português escrito exigem dos estudantes surdos, conhecimento da estrutura do português e inserção nas práticas sociais de leitura para construir sentido ao texto, mediadas pela Libras.

Como os professores de português, que ensinam estudantes surdos, não são bilíngues e não têm proficiência em língua de sinais, o município disponibiliza: o intérprete de Libras para mediar a comunicação surdo-ouvinte, portanto este deve ter competência tradutória para de maneira simultânea ao professor, interpretar e sinalizar os conteúdos pedagógicos para os estudantes surdos.

Já os instrutores de Libras, são apoio pedagógico para alfabetização do estudante surdo em L1- Libras, deve ter competência pedagógica e atuar conjuntamente ao professor da sala de aula, na perspectiva da antecipação pedagógica e planejamento das aulas e materiais didáticos adaptados para possibilitar que os estudantes surdos tenham acesso aos conteúdos pedagógicos em igualdade de condições com os demais estudantes ouvintes.



Concluindo, entendemos que o processo ensino-aprendizagem dos estudantes surdos é um processo complexo que envolve aspectos sociais, culturais, cognitivos, pedagógicos e linguísticos e sabemos da importância da proficiência em L1 para que o estudante surdo adquira a L2.

Sendo assim, a atual gestão da educação inclusiva, em Contagem, vem implementando uma série de ações com vistas a cumprir a legislação vigente, qualificar o atendimento educacional aos estudantes surdos, capacitar os profissionais de apoio à inclusão: intérpretes e instrutores de Libras e fortalecer a parceria família e escola, por meio do acolhimento, escuta e encaminhamento das demandas da comunidade escolar e das famílias dos estudantes surdos.

Por fim, acreditamos que para haver a efetiva educação de surdos é necessária uma mudança na mentalidade em relação à maneira de se conceber a surdez, como uma restrição sensorial, mas não uma deficiência e, sobretudo a valorização da Língua de sinais - LIBRAS, por meio de políticas públicas que possibilitem o acesso dos surdos à Língua de sinais.

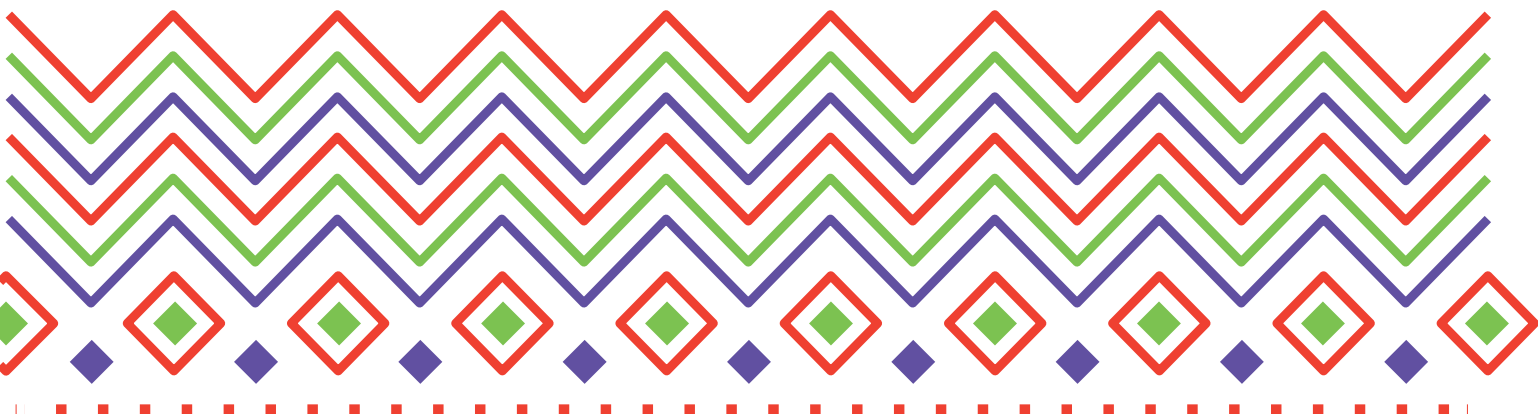
Rumo ao bilinguismo!

Dicas práticas para educação de surdos:

1. Estudantes surdos com perdas auditivas severas não fonetizam a escrita, não fazem nenhuma regulação sonora, seja silábica ou fonética.
2. O uso de imagens nas atividades, motiva os estudantes surdos. A imagem como objeto didático a ser observado, além da simples ilustração.
3. Ao lerem textos em Português L2, os estudantes surdos usam a L1 para significar o texto, transitando concomitantemente entre as duas línguas. É importante o professor explicar o sentido do texto para o estudante surdo.
4. Estudantes surdos, normalmente têm conhecimentos linguísticos restritos em relação ao vocabulário, expressões idiomáticas, estruturas da língua. É preciso explicar, ensinar-lhes aspectos de consciência metalinguística entre o Português e Libras.
5. Dar acesso a diferentes gêneros textuais e literários para os estudantes surdos.
6. Oferecer atividades de enriquecimento do "conhecimento enciclopédico" aos estudantes surdos, para ampliar seu repertório.
7. Existem diferenças semânticas e sintáticas entre Libras e português que

precisam ser consideradas durante as atividades de leitura.

8. Explicitar para o estudante surdo as diferenças e semelhanças entre a Libras e o português, a partir de uma análise linguística comparativa, oportunizando ao mesmo conhecer aspectos do mundo ouvinte que não são percebidos pelos surdos.
9. Necessidade de desenvolver metodologia específica para o ensino de português para os estudantes surdos, levando em consideração sua singularidade.
10. Elaboração do PDI - Plano de Desenvolvimento individual para o estudante surdo.
11. Utilizar materiais didáticos adequados para o estudante surdo.
12. Incentivar os estudantes surdos e ouvintes sinalizarem textos curtos, escritos em português, para compreenderem a relação sinal-palavra.
13. Oferecer formação específica para os professores.
14. Disponibilizar profissionais de apoio: intérprete educacional e instrutor de Libras.
15. Solicitar ao intérprete que sinalize o texto de diferentes formas, de acordo com a atividade desenvolvida em sala de aula.





6. PROJETO EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Esse projeto nasceu de uma situação-problema. Era recorrente recebermos relatos de famílias dos estudantes com deficiência dizendo; “Meu filho nunca foi a quadra de esporte da escola” e “Meu filho não participa das aulas de educação física”.

Constatamos que dentre outros aspectos, o maior impedimento para a efetiva participação dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física escolar era a falta de capacitação dos professores de educação física para atender a esse público e inserir práticas inclusivas em suas aulas.

A partir dessa realidade, concebemos o escopo do Projeto de Educação Física Inclusiva para Rede de Educação de Contagem e o mesmo constitui uma ação importante da política da educação especial da Prefeitura Municipal de Contagem por meio da Secretaria Municipal de Educação, voltada para os estudantes com deficiência do ensino fundamental no campo da educação física escolar inclusiva.

O Projeto é multidisciplinar e abrange as áreas da Educação, especificamente a Pedagogia, Psicopedagogia, Educação Física e a Saúde por meio da prática esportiva e da reabilitação, tendo como público-alvo os estudantes com quaisquer tipos de deficiência: física ou motoras, visual, auditiva, Deficiência intelectual, síndromes diversas e TEA - Transtorno do Espectro Autista.

Partimos do pressuposto de que a educação física se constitui, enquanto

componente curricular obrigatório, também como uma possibilidade para promover a efetiva inclusão escolar, pois além de possibilitar aos estudantes a apropriação dos conteúdos da cultura corporal de movimento, permite a vivência de atividades sócio-corporal e da cultura de paz: respeito, solidariedade, sentimento de equipe, de pertencimento, além de melhorar a autoestima dos estudantes com deficiência. A educação física é uma prática que ajuda as pessoas a serem mais solidárias, mais amigas e mais tolerantes.

Diante desse contexto, definimos os eixos temáticos do projeto: Jogos e brincadeiras, práticas corporais, esportes adaptados e formação continuada de professores e buscamos parcerias intersetoriais para garantir a sustentabilidade do projeto.

Jogos e Brincadeiras

Para as crianças, o momento da brincadeira é sagrado. Quando brincam, a timidez e os medos desaparecem, as diferenças e limitações desaparecem e dão lugar, ao entusiasmo, a alegria e ao sentimento de pertencimento.

Orientar professoras da educação infantil e os professores de educação física do ensino fundamental da Rede Municipal de Contagem, sobre a importância da ludicidade no processo de aprendizagem e socialização humana e como as brincadeiras e jogos estão presentes nas relações entre os seres humanos e suas descobertas de mundo.

Compreender que o ambiente escolar pode ser “palco” de diferentes aprendizagens, descobertas, conhecimentos, por meio das brincadeiras, danças, jogos, promovendo novas experiências para os estudantes, nas aulas de educação física é um fator que estimula e promove novos significados ao processo de aprendizagem.

Nessa direção, uma dica interessante de prática pedagógica é a possibilidade de se trabalhar laços afetivos e familiares por meio do resgate dos jogos e brincadeiras antropológicas, colaborativas e outras, no contexto das aulas de educação física, a fim de estimular a participação de todos os estudantes com deficiência e neurotípicos, por exemplo, através das brincadeiras do repertório infantil dos pais ou avós como: bola de gude, as três marias, pula amarelinha, em oposição aos jogos tecnológicos atuais.

Realizando pequenas adaptações e/ou adequações necessárias para a integração destes estudantes nas atividades propostas, o professor de educação física consegue promover a inclusão de todos.

Dentre vários aspectos positivos, em relação ao uso de jogos nas práticas escolares, destacamos: os jogos ajudam aos estudantes a superarem desafios e obstáculos, possibilitam a participação de todos, estimula a cooperação por meio de metas coletivas e não individuais e estimulam a criatividade. Com a prática de jogos e brincadeiras é possível desenvolver múltiplas linguagens, explorar e manipular objetos, organizar o pensamento, desenvolver liderança e a socialização entre os estudantes.

Nesse eixo, destaca-se, ainda, a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação, por meio do setor de Inclusão escolar, com o projeto Circuito Inclusão Solidária que através do parque móvel itinerante. No ano de 2019, atenderam 4800 estudantes, de oito escolas da Rede, Escola Municipal Eli Horta Costa, Escola Municipal Heitor Villa Lobos, Escola Municipal Joaquim Teixeira Camargos, Escola Municipal Coronel Joaquim Antônio da Rocha, Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade, Escola Municipal Professora Ana Guedes Vieira, Escola Municipal Vereador Benedito Batista, Escola Municipal Professor Hilton Rocha, tiveram um dia de lazer, na perspectiva de que todos os estudantes têm o direito de brincar juntos e se divertiram com os brinquedos inclusivos adaptados: skate, gangorra, para quedas, balanço e tirolesa.

Práticas Corporais

Orientar e sensibilizar os professores de educação física a respeito da importância de desenvolver as atividades corporais inclusivas por meio do esporte e das artes: música, dança, teatro e atividades circenses, apresentando as possibilidades de intervenção e estimulação para trabalhar aspectos relacionados à motricidade, equilíbrio, força corporal, postura, entre outros, a partir de atividades físicas individuais ou coletivas, promovendo o desenvolvimento de habilidades específicas.

Nesse sentido, o professor deve estar em constante estado de observação e ser bastante criativo, utilizando, sobretudo, as metodologias ativas que buscam valorizar as manifestações e o desenvolvimento de cada estudante com ou sem deficiência, oferecendo-lhes oportunidade de desenvolver os aspectos corporais, sensoriais e cognitivos.

Esportes Adaptados

Orientar os professores de educação física sobre a importância de desenvolver os esportes adaptados durante as aulas, com o objetivo de identifi-

car possíveis atletas de alto rendimento e fomentar a formação dos mesmos. As modalidades adaptadas melhoram a condição cardiovascular de quem as pratica, aprimora a força, a agilidade, a coordenação motora, o equilíbrio e o repertório motor. Além disso, o esporte adaptado proporciona a oportunidade de sociabilização e torna quem tem deficiência mais independente, melhorando a autoconfiança e elevando a autoestima, sobretudo com a participação em eventos e competições esportivas.

Sabemos que nas escolas temos muitos atletas, cabe a nós identificá-los e treiná-los. A exemplo disso, ressaltamos a experiência que os estudantes João Bernardo Avelar dos Santos, Maria Beatriz Avelar dos Santos e João Victor de Matos Silva, matriculados na Escola Municipal Heitor Villa Lobos, tiveram a oportunidade de competir e foram medalhistas nas modalidades de bocha paralímpica e atletismo do JEMG - Jogos Escolares de Minas Gerais no ano de 2019. Os mesmos foram treinados na escola em parceria com o professor Diógenes Macedo, cedido pela Associação Mineira do Paradesporto - AMparadesporto.

Formação Continuada de Professores

Durante o ano de 2019, foram ofertadas aos professores de educação física da Rede Municipal de Educação de Contagem, seis capacitações voltadas para a inclusão dos estudantes com deficiência, proporcionando aos professores, novas possibilidades de intervenção e inovação em suas práticas pedagógicas, com o objetivo de ressignificar sua atuação docente e possibilitar adaptações necessárias para favorecer a participação de todos os estudantes, independente de suas especificidades.

Para 2020, está prevista a continuidade da Rede de formação, em serviço, para os professores de educação física qualificar, ainda mais, o atendimento aos estudantes com deficiência, a fim de promover sua efetiva participação nas atividades físicas, a partir da oferta de vivências e práticas inclusivas.

Parcerias Intersetoriais

Prefeitura de Contagem: Por meio do Programa Incentive, criado pelo Decreto Municipal 811/2018, a Prefeitura de Contagem concede o “perdão” da dívida fiscal de clubes recreativos da cidade, especificamente do IPTU, em contrapartida os clubes devem oferecer cessão de espaço físico e oferta de vagas nas escolinhas de diversas modalidades esportivas.

As atividades serão divulgadas e ofertadas a partir de 2020, totalizando, aproximadamente trezentas e quarenta vagas para prática esportiva dos estudantes com deficiência, visando promover a saúde, qualidade de vida, formação de atletas de alto rendimento e participação em eventos paralímpicos.

Campestre Yucca Clube: Promover a inserção dos estudantes com deficiência nas modalidades esportivas: natação, futebol, tênis, bocha paralímpica, judô e parabadminton. Através da cessão de espaço no parque aquático e quadras esportivas e oferta de professor para ministrar as aulas.

Sociedade Hípica de Minas Gerais: Promover a inserção dos estudantes com deficiência na modalidade tênis de quadra, por meio da cessão de espaço e oferta de professor.

AMparadesporto - Associação Mineira do Paradesporto: A instituição fundada em outubro de 2017 tem como meta formar atletas de rendimento nas modalidades paralímpicas, para isso foca em atender desde a base e mostrar as possibilidades e potencialidades da pessoa com deficiência no âmbito esportivo.

Conta com cinco modalidades e uma equipe multidisciplinar especializada (Educação Física, Fisioterapia, Psicologia e outros) de 17 voluntários – envolvidos desde a gestão à execução dos treinos.

A AMparadesporto também apoia e realiza eventos acadêmicos e de qualificação como objetivo de oferecer oportunidades de aprendizagem e trocas de experiências entre os profissionais das áreas de Educação Física, Psicologia, Fisioterapia e afins.



Dentro do Projeto de Educação Física Inclusiva, tem o papel de promover a inserção dos estudantes com deficiência nas modalidades adaptadas e para-límpicas por meio de treinamentos, proporcionando melhora na autoestima, interação social, trabalho coletivo e qualidade de vida.

AMR - Associação Mineira de Reabilitação: Desde 1964 reabilitando crianças e adolescentes carentes com deficiência física, a Associação Mineira de Reabilitação (AMR) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos.

A AMR atende cerca de 500 crianças e adolescentes carentes com deficiência física ocasionada em sua maioria por paralisia cerebral e outras síndromes neurológicas.

Atua com uma equipe multidisciplinar de profissionais especializados nas áreas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Musicoterapia, Esportoterapia, Odontologia, Serviço Social, Neurologia, Ortopedia e Cirurgia Ortopédica.

A AMR é referência no atendimento multidisciplinar de reabilitação motora no estado de Minas Gerais. A AMR oferece atendimento a Belo Horizonte e mais 22 municípios da Região Metropolitana.

A missão da AMR é prestar os serviços de assistência à saúde, principalmente na área de reabilitação, promovendo a inclusão social da criança carente portadora de deficiência física, através de um trabalho qualificado e inovador.

RESULTADOS DESEJADOS:

Reabilitar o portador de deficiência, no mais alto grau possível, principalmente a criança carente.

Aprimorar os campos científico, técnico e social visando ampliar a assistência ao deficiente.

Desenvolver o patrimônio humano da Instituição para melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados.

Promover a triagem individual de cada estudante com deficiência, direcionando-o para a modalidades esportiva mais adequada. Capacitação dos professores de educação física da Rede Municipal de Educação de Contagem e dos estagiários graduandos do curso de Educação física do Centro Universitário UNA.

Associação Ágape: Associação Comunitária localizada em Nova Contagem – MG, atende toda a região com amor e alegria. Atuante no ramo desde 2013 a Associação conta com profissionais qualificados e especializados nas diversas áreas.

Oferece à comunidade uma nova perspectiva de vida com qualidade, dignidade, oportunidade e amor.

Trabalham com os seguintes atendimentos: fisioterapia, psicologia. Cursos profissionalizantes: cabeleireiro, culinária e panificação. Atividades Físicas: ballet infantil e juvenil, futebol Infantil e juvenil, judô Infantil e adulto, natação, hidroginástica, atividade com idosos.

Em parceria com o Projeto de Educa o Física Inclusiva, a Associa o  gape ofertar  aos estudantes com deficiência, as modalidades esportivas: nata o, judô, e futebol, na regional Vargem das Flores.

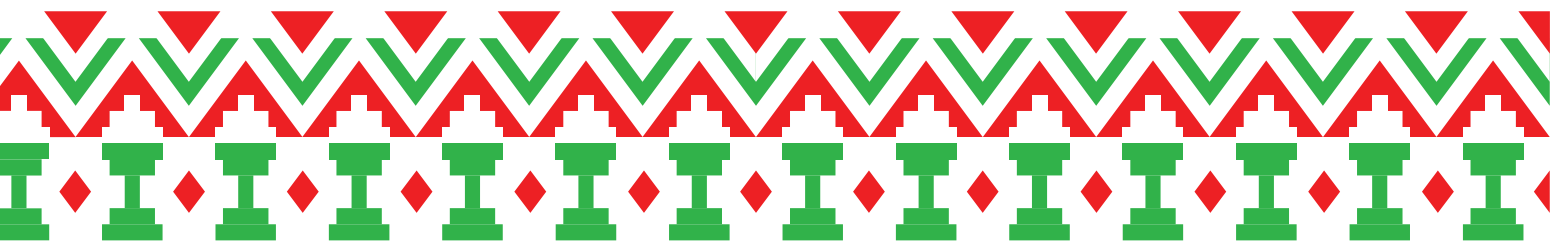
Centro Universitário UNA: O Centro Universitário UNA, por meio da coordena o pedagógica do curso de Educa o Física, através do est gio supervisionado do qual participam, cerca de aproximadamente 50 graduandos, que atuar o como instrutores ou apoiadores, aos professores responsáveis pelas modalidades esportivas desenvolvidas nos clubes.

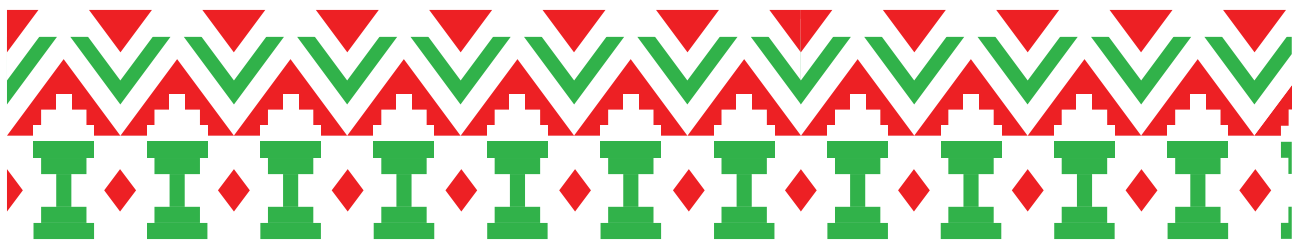
No estágio supervisionado será desenvolvido um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem relacionadas ao meio social, profissional, cultural e didático-pedagógico, proporcionando ao aluno a participa o em situa es reais de vida e trabalho.

Em rela o às modalidades esportivas que serão ofertadas, apresentamos, a seguir, uma breve descri o das mesmas:

Futebol Inclusivo: Adapta o do futebol tradicional voltada para atletas com deficiência física e intelectual. Proporciona aos praticantes aumento do controle motor, da resistência muscular e do desenvolvimento cognitivo.

T nis:   uma adapta o do t nis de quadra voltada para pessoas com deficiência física e intelectual. Proporcionando aos praticantes, autonomia, sociali-





zação, melhora na autoestima, na força e na resistência muscular.

Natação: É uma adaptação da natação, voltada para pessoas com deficiência física, intelectual, visual e TEA. Proporciona aos praticantes autonomia, socialização, melhora na autoestima, na força, resistência muscular e aprimoramento do sistema respiratório.

Bocha Paralímpica: É uma adaptação da bocha tradicional, voltada para pessoas com deficiência física e intelectual, proporciona aos praticantes, aumento da capacidade viso-motora e o desenvolvimento cognitivo. A bocha é uma atividade na qual indivíduos com grau de deficiência motora grave, podem participar e desenvolver um elevado nível de habilidade.

Judô: É uma adaptação do judô, voltado para pessoas com deficiência física, intelectual, visual e TEA. Proporciona aos praticantes, ganho de condicionamento físico, aumento do desempenho cerebral, promoção de valores, como respeito e disciplina.

Parabadminton: É uma adaptação do Badminton, voltado para pessoas com deficiência física, proporciona aos praticantes, ganho de condicionamento físico, equilíbrio emocional, interação social e qualidade de vida.

Acreditamos que o Projeto de Educação Física Inclusivo contribuirá com a melhoria da qualidade de vida dos estudantes com deficiência desenvolvendo a agilidade, equilíbrio, força muscular, coordenação motora, velocidade, ritmo, melhora as condições organo-funcionais como aparelho circulatório, respiratório, digestório, reprodutor e excreto, possibilitando o acesso às práticas esportivas, ao lazer e a reabilitação, mas, sem dúvida, o maior benefício desse projeto é a promoção da efetiva inclusão dos estudantes com deficiência, no ambiente escolar e nos processos educativos e pedagógicos.



7. PDI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL PARA O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

Afinal, o que é o PDI? O Plano de desenvolvimento individual para o estudante com deficiência é um importante instrumento pedagógico para o planejamento do processo educativo deste educando.

É um Direito que busca garantir a equidade e a qualidade em relação ao acesso às aprendizagens, à participação do estudante com deficiência aos conteúdos pedagógicos.

Portanto, o PDI é previsto em Lei. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB/1996, Capítulo V da Educação Especial, **Art. 58**. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na Rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Vale dizer, que, atualmente, a nomenclatura utilizada é estudantes com deficiência.

E, no **Art. 59**. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Ou seja, a LDB já indica desde 1996 a necessidade de um planejamento individualizado, com as devidas adequações, para o processo de ensino-aprendizagem do estudante com deficiência, como sendo um recurso pedagógico obrigatório para nortear as aprendizagens acadêmicas deste segmento da educação especial.

Mais recentemente, em 2005, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº13.146/05, destaca a importância do PDI como instrumento pedagógico que orienta as práticas pedagógicas do professor da escola regular no atendimento educacional do estudante com deficiência, possibilitando o acesso do mesmo aos conteúdos pedagógicos, em igualdade de condições com os demais estudantes, considerando as adequações, adaptações e flexibilidade necessárias ao processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência.

No Art.28 III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno **acesso ao currículo** em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

V: Adoção de **medidas individualizadas** e coletivas em ambientes que **maximizem o desenvolvimento acadêmico** e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e **a aprendizagem** em instituições de ensino,

Ou seja, a Legislação nos dá as diretrizes e orienta como deve ser a estrutura do PDI.

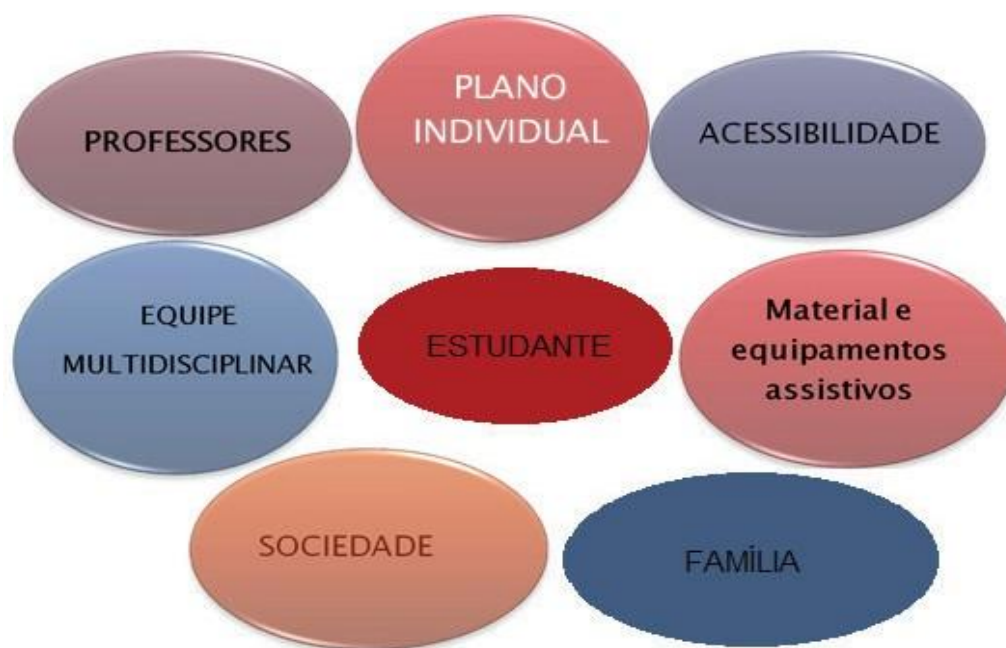
Também na Base Nacional Comum Curricular estão previstos os princípios da **Educação para TODOS**, baseado na igualdade de direitos, na diversidade e equidade e diz sobre a importância de reconhecer e valorizar as diferenças no processo educativo, especialmente dos estudantes com deficiência.

“... os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

③ De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afro-

descendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) 14.

Figura 1. Estrutura PDI-Plano Desenvolvimento Individual



O PDI é um documento, um formulário padronizado (vide anexo 6) que apresenta o sujeito/ estudante com deficiência, em sua totalidade, sua história de vida, contexto sociofamiliar, aspectos psicossociais, diagnóstico médico, limitações e dificuldades, habilidades, competências, possibilidades de intervenções e estimulações, considerando como objetivo a eliminação de barreiras ao direito à educação, o desenvolvimento da sua autonomia e todos os aspectos de aprendizagem, sejam eles sociais, emocionais, conceituais, bem como as atividades de vida diária-AVDs.

O PDI é, portanto, um instrumento coletivo, tanto em sua elaboração quanto em sua execução. Inicia-se com uma avaliação diagnóstica do estudante, num processo de escuta familiar, conhecido como anamnese e é completado por uma multiplicidade de olhares sobre esse sujeito, o olhar clínico, o olhar pedagógico, o olhar social, todos buscando compreender, sob a ótica de diversos saberes: pedagogia, psicopedagogia, psicologia, neurociências, fonoaudiologia, terapia ocupacional, para citar apenas, algumas áreas do conhecimento,

quem é esse sujeito? Como seu cérebro funciona? Como ele se comporta? Como ele aprende? Qual seu foco de interesse? Quais são suas necessidades especiais de aprendizagem? Quais são seus desejos?

Somente após tentarmos responder todas essas questões, de maneira coletiva, é que podemos traçar os caminhos para aprendizagem desse sujeito, a partir de um profundo estudo de caso.

Para um bom planejamento é essencial primeiro conhecer o estudante. A partir daí serão definidas a intencionalidade pedagógica, as estratégias, técnicas, didática e metodologia de ensino-aprendizagem, bem como a materialidade necessária para o acesso ao currículo pedagógico do estudante com deficiência.

Figura 2- Elementos que compõem o Plano Desenvolvimento Individual-PDI



Conforme visualizamos na Figura 1, O Plano de desenvolvimento individual do estudante com deficiência é elaborado de maneira coletiva, por equipe multidisciplinar. No contexto escolar, o chamado Núcleo de Inclusão escolar para construção do PDI deverá ser composto, minimamente, por um representante da direção escolar (diretor ou vice), o supervisor pedagógico que acompanha o turno e ano de aprendizagem do estudante, professor regente (1º ao 4º ano) e professores por áreas de conhecimento específicos (5º ao 9º anos), professora do AEE, profissionais de apoio à inclusão que possam trazer informações sobre o estudante, família e demais profissionais da área médica também devem ser consultados, quando necessário.

Entretanto, o Plano de Desenvolvimento Individual não é um instrumento hermético, pelo contrário, é flexível e necessita de revisões periódicas, uma vez que visa **desenvolver, avaliar e redefinir, sistematicamente, o planejamento das aprendizagens e a formação integral dos estudantes com deficiência**. Sugerimos que a revisão do PDI seja trimestral a fim de coincidir com o calendário de avaliação escolar, para que o mesmo possa ser modificado e alterado, de acordo com as necessidades e avanços do estudante.

Concluindo, o PDI é o principal instrumento pedagógico para nortear o professor na sala de aula, na sua rotina escolar, no atendimento do estudante com deficiência, sua elaboração e atualização permanente possibilitará ao professor trabalhar de maneira mais assertiva e eficaz com este público, conquistando melhores resultados e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência, além de dialogar com as professoras do atendimento educacional especializado de maneira mais sistemática, e, alinhar o apoio pedagógico do mediador escolar, profissional de apoio à inclusão, com as atividades diárias do Plano de aula do professor, na perspectiva da antecipação escolar.

O PDI contempla as várias formas de avaliação, apoio necessários ao processo de aprendizagem de estudante com deficiência, levando-se em conta os aspectos cognitivos, motores, psicomotores, interpessoais/afetivos, comunicacionais, que condicionam e/ou potencializam a apropriação do conhecimento por este sujeito. Em relação às adequações inerentes ao processo de avaliação dos estudantes com deficiência, indicamos seguir as orientações constantes neste caderno. Sobre o processo de avaliação, ressaltamos a importância de se propor novos desafios, com maior grau de dificuldade, para o estudante com deficiência, cada vez que um objetivo proposto foi alcançado e/ou superado.

Por fim, ressaltamos a necessidade de se publicizar o PDI, internamente, no ambiente escolar, e para a família, visando compartilhar os objetivos pedagógicos para o estudante em questão, com o corpo docente, responsável pelo atendimento educacional do mesmo, garantindo-lhe o direito ao sigilo de informações pessoais e a exposição de sua intimidade, de acordo com os princípios da ética e respeitando-se a legislação vigente, especificamente o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Rede de Ensino de Contagem adotou modelo padronizado de PDI tanto para o Ensino Fundamental (anexo 6) quanto para Educação Infantil (anexo 8). Vale dizer, que a implantação do PDI nesta modalidade de ensino é uma iniciativa pioneira do município.

O PDI deve acompanhar o estudante durante toda sua vida escolar, por isso sugerimos que o documento seja feito em três vias, sendo: uma para ser arquivada na pasta de documento do estudante, na secretaria escolar, e deverá ser entregue acompanhado do pedido de transferência do estudante para outra unidade escolar ou Rede de Ensino ou conclusão da Educação Infantil ou ensino fundamental, outra cópia deverá ser utilizada diariamente, em sala de aula, pelo(s) professor(es) e profissional de apoio à inclusão, para orientar o Plano de aula diário deste estudante e a terceira cópia deverá ser entregue à professora do AEE. Lembrando que o PDI deverá ser atualizado durante o ano, de acordo com o processo de avaliação e desenvolvimento do estudante com deficiência.

Figura 3- Plano de desenvolvimento individual - Política Pública de educação inclusiva



Com o PDI, todos ganham: estudantes, professores, famílias.



8. PARCERIA FAMÍLIA – ESCOLA: PROJETO CONTAGEM DE AFETOS

O projeto da Roda de Conversa com as famílias dos estudantes com deficiência matriculados nas unidades de Educação Infantil e escolas de ensino fundamental nasceu do desejo do setor de inclusão da Secretaria Municipal de Educação de Contagem de fortalecer os vínculos entre a família e a escola.

Acreditamos que a parceria Família/escola é essencial para o desenvolvimento da criança e do adolescente durante toda sua vida escolar e pessoal, garantindo aos mesmos as condições necessárias para seu cuidado e proteção tanto no seu ambiente doméstico quanto no ambiente escolar.

A família é o primeiro núcleo social de todos nós, sendo que nas relações familiares vivenciamos nossas primeiras interações com o outro, através da relação de poder entre adulto e criança, os laços de afetividade e, também, com os conflitos.

Portanto, diz-se que a família é a base para cada indivíduo nortear seus afetos e suas escolhas durante a vida, pois é na família, com estrutura mais ou menos organizada e equilibrada, que acontecem os primeiros relacionamentos humanos.

Estudos científicos, na área da psicologia e psiquiatria apontam a projeção como um mecanismo de defesa psíquica. Por meio dela, expressamos e colo-

camos para fora de nós mesmos sentimentos, características e atitudes que revelam o que somos e o ambiente no qual vivemos.

Assim, a escola torna-se uma extensão da família. Os filhos, são nossos estudantes. O trabalho pedagógico de escolarização, bem como a formação cidadã e a socialização e interação com os pares de idade no ambiente escolar é também de responsabilidade da família, que deve contribuir com o processo educacional contínuo das crianças e adolescentes, sobretudo no estabelecimento de regras e normas comportamentais.

O diálogo torna-se um elemento primordial no processo de ensino aprendizagem das crianças e adolescente, em processo de formação.

A escola, assim como a família é um espaço social regido por normas e regras que regulamentam seu funcionamento e seus serviços, por isso, para boa convivência deve-se estabelecer limites e normas de comportamento.

Podemos considerar que a família e a escola formam uma equipe e que ambas devem ter alguns "combinados", ou seja, critérios e princípios de convivência comuns como: respeito ao próximo, colaboração, solidariedade, cumprimento de horários e rotinas, entre outros.

Com base na valorização de novas formas de contato entre a família e a escola, para além das reuniões escolares, assembleias e entrega de resultados, estabelecemos uma metodologia diferenciada: A Roda de Conversa. Um momento de encontro e de escuta cuidadosa, sem pressa, com respeito e carinho pela estória de vida, de cada necessidade. Por meio do acolhimento familiar, realizamos dezesseis encontros regionalizados, para escuta das famílias, na cidade de Contagem. Oito desses encontros foram com as famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil e oito encontros com as famílias dos estudantes do Ensino Fundamental, totalizando a escuta de duzentas e sessenta e sete famílias e todas as demandas apresentadas foram atendidas pela educação ou encaminhadas para outras políticas, de maneira resolutiva.



Na Educação infantil, realizamos a primeira roda de conversa, na regional Eldorado, o encontro com as famílias aconteceu na Umei Dona Alice, na regional Industrial, recebemos as famílias, Umei Sagrado Coração de Jesus; na regional Ressaca, estivemos na Umei Jardim laguna, na regional Nacional, a Roda de conversa aconteceu na Umei Bom Jesus, na regional Vargem das Flores, Umei São Judas Tadeu, na regional Sede, Umei Vereador Ailton Diniz e na regional Petrolândia, recebemos as famílias na Umei Cora Coralina.

Como é importante dar voz a essas famílias, ouvir cada reclamação, elogio, sugestão, desabafo, chorar e sorrir juntos, abraçar cada um que esteve conosco e poder dizer: "Hoje, viemos para ouvi-los. Não tem palestra, nem apresentação. O Microfone está aberto para vocês. Para que cada um possa nos contar seus afetos e desafetos no processo de inclusão escolar do seu filho."

Daí o nome "Contagem de Afetos". A palavra afeto significa a disposição de alguém por alguma coisa ou pessoa. Ou seja, a disposição dessa gestão em ouvir as famílias, numa demonstração de interesse em compartilhar suas emoções e sentimentos, suas experiências e vivências no processo de inclusão escolar de seus filhos. Palavra de origem latina *affectus*, significa estar inclinado a fazer algo por alguém, influir sobre alguma coisa com carinho. É um estado psíquico ou moral de afeição, uma disposição da alma de fazer o bem, uma vontade, um sentimento.

Nesse sentido, surgiu a proposta de uma escuta intersetorial, com a presença de representantes de outras políticas relacionadas à Rede de Cuidado e Proteção Social do Município para as crianças e adolescentes com deficiência, a fim de que juntos, num trabalho em Rede, possamos encaminhar as demandas das famílias mais vulneráveis, para os devidos programas e serviços da Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania, entre outros.

Agradecemos a todos que estiveram conosco nessa maratona pela cidade de Contagem, para amorosamente receber e ouvir as famílias dos estudantes com deficiência: parceiros das administrações regionais, dos Centro de Referência e Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado Assistência Social - CREAS, Conselheiros Tutelares e da Superintendência da Pessoa com deficiência de Contagem. Gratidão por participarem dos encontros.

À equipe do setor de inclusão da Seduc que contribuiu para viabilizar cada encontro regional.

Aos diretores das escolas e professoras do AEE que nos acolheram com tanto carinho e detalhe, da recepção, ao lanche, a lembrancinha para as famílias, tudo preparado com muito afeto e muita boa vontade.

Às famílias que compareceram em todas as Rodas de conversa, sob condições mais adversas: chuva forte, frio, a noite, após um dia de trabalho, sábado pela manhã, enfim, Obrigada a todos que escolheram estar conosco.

A presença e a participação efetiva das famílias nos dá a certeza de que estamos trilhando o caminho correto, da aproximação, da escuta, do acolhimento fraterno, do afeto.

E, por fim, nosso agradecimento a todos os estudantes com deficiência que acompanharam os pais nas rodas de conversa, especialmente, aos artistas, talentosos que nos encantaram com a sua música, sua dança, sua poesia e suas apresentações culturais.

Seguimos juntos, família e escola, fortalecendo vínculos sociais e afetivos em prol da vida saudável e do desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes.

A parceria família escola é fundamental para a formação educacional e social de todos os estudantes.





9. ANEXO 1: TELEFONES ÚTEIS E SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

TEFEFONES ÚTEIS

Secretaria Municipal de Educação/ Inclusão Escolar – 3352-2063 e 3352-5417

CER IV- Centro Especializado em Reabilitação Antônio de Oliveira e oficina
ortopédica 3356-6909

Caps I- Centro de Atenção Psico Social Infanto Juvenil- 33563307 e 33921927

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Ensino Fundamental

EM Albertina Alves do Nascimento – 3355-7892

EM Antônio Carlos Lemos - 3353-4651

EM Cel. Antônio Augusto D. Costa – 3352-5178

EM Cel. Joaquim Antônio da Rocha – 3352-5179
EM D^a Cordelina da Silveira Mattos – 3352-5183
EM Domingos José Diniz Costa Belém – 3355-9787
EM Dona Babita Camargos – 3352-5182
EM Dona Gabriela Leite Araújo – 3363-5184
EM Eli Horta Costa – 3398-3531
EM Francisco Sales da Silva Diniz – 3352-5870
EM Giovanini Chiodi – 3352-5790
EM Heitor Villa-Lobos – 3363-5603
EM Ivan Diniz Macedo – 3352-5192
EM Joaquim Teixeira Camargos – 3352-5194
EM José Lucas Filho – 3352-5195
EM José Ovídio Guerra – 3352-5064
EM Maria Silva Lucas – 3352-5200
EM Newton Amaral Franco – 3352-5201
EM Professor Domingos Diniz - 3352-5218
EM Professor Hilton Rocha – 3352-5220
EM Professor Wancleber Pacheco – 3352-5221
EM Professora Ana Guedes Vieira – 3352-5222
EM Professora Maria de Matos Silveira – 3352-5225
EM Prefeito Luiz da Cunha – 3352-5219
EM René Chateaubriand Domingues – 3352-5228
EM Senador José Alencar – 3911-7038
EM Sócrates Mariani Bittencourt – 3352-5232
EM Vasco Pinto da Fonseca – 3352-5236
EM Vereador Benedito Batista – 3913-6318
EM Virgílio de Melo Franco – 3363-5239
EM Walter Fausto do Amaral – 3352-5235



10.ANEXO 2: LEGISLAÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** (Lei 9.394/96). 20 de dezembro de 1996.

____. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1997.

____. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626, de 11 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000.

____. Ministério da Educação. **Portaria n. 13 de 24 abril de 2007**, criou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais – SRM.

____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

____. Ministério de Educação, **DECRETO Nº - 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008** dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

____. Ministério de Educação, **RESOLUÇÃO Nº4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

____. Ministério de Educação. Secretaria de educação especial. **Marcos Político- Legais da Educação Especial da Perspectiva da Educação Inclusiva/** Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

____. Ministério de Educação. **NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº11/2010** Orientações para a institucionalização da Oferta do AEE em SRM, implantadas nas escolas regulares,

____. Ministério da Educação. **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011** dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências

____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei Nº 10.048, 8/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e de 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_ Ministério da Educação. **Nota Técnica conjunta nº02/2015/MEC/SECADI/DPPEE- DICEI 04 de agosto de 2015 Básica**. Orientações sobre a organização e oferta do atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2015.

__Lei nº 13.146/15. **Lei Brasileira da Inclusão**.



11. ANEXO 3: ATRIBUIÇÕES DO INTÉRPRETE

- ③ Tradução e interpretação da Libras e da língua portuguesa, de maneira simultânea ou consecutiva, nas diversas situações do cotidiano das unidades escolares.
- ③ Realizar a interpretação/tradução da Libras para a língua portuguesa ou vice-versa de maneira simultânea, consecutiva nas unidades escolares municipais, ou outros ambientes onde aconteçam ações de natureza pedagógica, cultural, esportiva ou social afins aos processos de aprendizagem e integração do estudante surdo, no contexto educacional.
- ③ Utilizar a Libras (língua brasileira de sinais), considerando-a como primeira língua e o português escrito como segunda língua do estudante surdo, interpretando os conhecimentos transmitidos pelos professores em aulas, passeios, atividades extraclasse, festividades escolares, e outras atividades pedagógicas com assiduidade e pontualidade;
- ③ Auxiliar na comunicação de estudantes surdos ou surdocegos, no contexto educacional, considerando a Libras e a cultura surda em consonância com a proposta pedagógica da Rede de Ensino de Contagem;
- ③ Interagir com estudantes surdos e demais estudantes e corpo docente de maneira a enriquecer o processo educacional, promover o desenvolvimento dos educandos, atendendo com disponibilidade e dedicação aos estudantes;

- ③ Coletar informações sobre o conteúdo a ser trabalhado para facilitar a tradução da língua no momento das aulas e atividades escolares; (antecipação escolar)
- ③ Planejar antecipadamente, em conjunto com os professores responsáveis pelas disciplinas e com a professora do AEE, sua atuação e limites no trabalho a ser executado;
- ③ Atuar como facilitador da comunicação entre pessoas surdas e ouvintes nas diversas situações do cotidiano escolar como horários de intervalo de aulas, passeios, festas, atividades extraclasse, palestras, reuniões, cursos, jogos, encontros, debates e visitas;
- ③ Realizar a interpretação observando os seguintes preceitos éticos: a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto);
- ③ Favorecer a interação dos estudantes surdos com a comunidade escolar de maneira ampla, considerando a diversidade de raça, gênero, situação econômica, social, deficiências entre outras no contexto escolar;
- ③ Manter articulação permanente com a equipe técnico-pedagógica e administrativa de sua unidade escolar;
- ③ Interpretar avaliações, provas e atividades diversificadas, em acordo e planejamento com os professores, garantindo o acesso às informações por parte dos estudantes surdos em consonância com o projeto pedagógico da unidade escolar;
- ③ Participar das atividades de formação e capacitação profissional em serviço oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Sociedade Cultural e Religiosa de Contagem.



12. ANEXO 4: ATRIBUIÇÕES DO INSTRUTOR

- ③ Ministrar aulas de Libras para estudantes surdos nas unidades escolares, especificamente nas Salas de Recursos Multifuncionais e promover o conhecimento sobre a língua e a cultura das pessoas surdas, de maneira a promover a inclusão escolar;
- ③ Participar da elaboração do PDI - Plano de Desenvolvimento Individual dos estudantes surdos, colaborando na definição de ações, atividades e procedimentos de avaliação no processo de ensino aprendizagem dos mesmos;
- ③ Acompanhar as aulas ministradas nas salas de aula regular considerando a Libras como primeira língua e o Português escrito como segunda língua dos estudantes surdos e intermediando a transmissão de conhecimentos estabelecidos no projeto pedagógico da escola, de acordo com as diretrizes curriculares em vigor, com assiduidade e pontualidade;
- ③ Participar do planejamento, execução de atividades pedagógicas junto aos professores e demais profissionais de apoio à inclusão: estagiários, intermediando as ações no que se refere à Libras e à cultura surda;
- ③ Coletar informações sobre o conteúdo a ser trabalhado para facilitar a intermediação da língua no momento das aulas e atividades escolares;
- ③ Realizar atividades junto aos estudantes surdos favorecendo o convívio com a Libras, contar histórias e realizar brincadeiras próprias da cultura

surda, acompanhar o pleno desenvolvimento dos estudantes surdos ao longo do ano letivo;

- ③ Atuar junto aos estudantes surdos de maneira a enriquecer o processo educacional, promover o desenvolvimento dos educandos, atendendo com disponibilidade e dedicação aos estudantes;
- ③ Propor estratégias linguísticas, culturais que favoreçam a interação dos estudantes surdos com a comunidade escolar de maneira ampla, considerando a diversidade de raça, gênero, situação econômica, social, deficiências entre outras no contexto escolar;
- ③ Participar da elaboração de currículos, metodologias e técnicas pedagógicas no que se refere ao aprendizado da gramática de libras por parte dos estudantes surdos;
- ③ Participar de atividades educacionais internas e externas que contribuam para o seu enriquecimento profissional agindo sempre com ética e equilíbrio emocional;
- ③ Manter articulação permanente com a equipe técnico-pedagógica da unidade escolar onde atua;
- ③ Participar dos programas de capacitação em serviço oferecidos pela Seduc e Sociedade Cultural e Religiosa;
- ③ Participar de reuniões com os responsáveis, demais profissionais de educação e outras atividades afins, determinadas pela direção e pela coordenação pedagógica da unidade escolar.
- ③ Solicitar à supervisão pedagógica da escola, os livros acessíveis do PNLD, para surdos.
- ③ Produzir material didático específico para os estudantes surdos.



13. ANEXO 5: AVALIAÇÃO PROFICIÊNCIA EM LIBRAS

 PREFEITURA CONTAGEM UM NOVO TEMPO COMEÇA AQUI		PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM	
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA			
AVALIAÇÃO DE NIVELAMENTO E PROFICIÊNCIA EM LIBRAS			
INSTITUIÇÃO: _____			
NOME DO ESTUDANTE: _____			
NOME DO INSTRUTOR: _____ NOME DO INTERPRETE: _____			
INICIANTE (gestos domiciliares)			
CRITÉRIO	PERGUNTAS CHAVES	SIM	NÃO
1	O estudante percebe que a pessoa está falando e olhando em sua direção?		
2	O estudante usa a comunicação não verbal? Gestos, olhares, movimentos corporais e choros diferenciados?		
3	O estudante solicita objetos utilizando o olhar, o tocar e o apontamento?		
4	O estudante utiliza uma linguagem não verbal para pedir ajuda, variando seu olhar entre o objeto e a pessoa que a ajuda a pegar o objeto?		
5	O estudante imita sinais, apesar de apresentar configurações de mão e movimentos imperfeitos?		
6	O estudante aponta, olha, toca, identifica as coisas sobre as quais esta falando?		
INTERMEDIÁRIO			
CRITÉRIO	PERGUNTAS CHAVES	SIM	NÃO
1	O estudante usa a língua de sinais para identificar, representar os objetos e ações?		
2	O estudante oferece informações por meio de sinais suficientes para as pessoas compreenderem a sua intenção?		
3	O estudante expressa quase tudo que quer, não deixando quase nenhuma informação subentendida?		
4	O estudante facilmente compreende os familiares e amigos e, da mesma forma, facilmente se faz entender?		
5	O estudante se comunica com facilidade e inteligibilidade através da Língua de Sinais?		
AVANÇADO – Fluência (Compreensão / expressão)			
CRITÉRIO	PERGUNTAS CHAVES	SIM	NÃO
1	O estudante mantém longas conversas diálogos e narrativa com alto nível de inteligibilidade, inclusive com estranhos?		
2	O estudante comunica com clareza suficiente a ponto de ser necessária apenas eventuais interrupções para esclarecimentos?		
3	O estudante consegue oferecer detalhes durante uma conversa para evitar mal entendidos ou evitar ambiguidade?		
4	O estudante consegue manter um dialogo preciso sobre um tópico que não lhe seja completamente familiar?		
5	O estudante utiliza outras formas de expressão para dizer algo e expressões idiomáticas (Metáfora), evitando o uso excessivo de palavras?		
Bibliografia: QUADROS, R. M. Avaliação da língua de sinais em crianças surdas na escola.			
Editora Saraiva, São Paulo, 2009			



14. ANEXO 6: MODELO PDI ENSINO FUNDAMENTAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Lino de Moro, 101, Bairro Inconfidentes, CONTAGEM
seduc.inclusão@edu.contagem.mg.gov.br

ESCOLA MUNICIPAL " _____ "

Rua _____ / Contagem

E-mail: _____

Telefones: _____

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL – PDI

(nome do estudante)

Contagem

_____ / 20____



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Lino de Moro, 101, Bairro Inconfidentes, CONTAGEM

seduc.inclusão@edu.contagem.mg.gov.br

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL - PDI

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegura às pessoas com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades / Superdotação o direito à educação na rede regular de ensino, para tanto, exigindo adaptação e ou flexibilização de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender as especificidades.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é um dos documentos mais importantes da inclusão escolar, pois, através dele, o estudante com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e/ou Altas Habilidades / Superdotação é avaliado e reavaliado, a partir de estratégias específicas, levando em consideração as capacidades, habilidades e aptidões do estudante, respeitando suas limitações.

OPDI compara o desenvolvimento do estudante com ele mesmo e não com os demais de sua classe.

Parte 1 - Identificação da escola

1. Dados da escola

1.1 Nome da escola: _____

1.2 Código da escola (INEP): _____

1.3 Endereço: RUA _____ - CONTAGEM
- MG

CEP: _____

1.4 Telefone: _____

1.5 Responsáveis pela elaboração: (função e nome)

- Pedagoga:
- Professor(a) referência:
- Profissional de apoio:
- Professora AEE:
- Professores que contribuíram para a construção deste PDI:

1.6 Data da elaboração: ____/____/____

Parte 2 - Identificação do estudante

2.1. Nome: _____

2.2. Data de Nascimento: ____/____/____

2.3. Filiação: _____

Mãe: _____

Pai: _____

Responsável: _____

2.4. Ano de escolaridade: ____ano – Turma: _____ – Turno: _____

2.5. Caracterização do estudante na Educação Especial:

Diagnóstico: (CID) _____

Deficiência:

() Física () Intelectual () Visual () Auditiva () Surdo cegueira

() Transtornos Globais do Desenvolvimento - TEA

() Altas Habilidades/Superdotação

() Múltipla: _____

Especificar as área(s) de comprometimento

() Apresenta quadro convulsivo Frequência: _____

() Apresenta espasmo muscular Frequência: _____

Parte 3 - Relatório circunstanciado

Informações segundo anamnese (entrevista detalhada com a família), relatórios clínicos, relatórios escolares anteriores e outros).

Gestação: _____

Fonte: _____

Nascimento: _____

Fonte: _____

Iniciou a fala com: _____ anos e andou com _____ anos.

Fonte: _____

Internações : _____

Fonte: _____

Cirurgias: _____

Fonte: _____

Doenças: _____

Fonte: _____

Histórico familiar

(de deficiências, doenças crônicas, complicações clínicas):

() SIM () NÃO

Qual(is): _____

Fonte: _____

Acompanhamentos clínicos: _____

Fonte: _____

Medicamentos usados: (dosagem e horários) _____

Fonte: _____

Composição Familiar (número de pessoas que moram na casa)

Nome	Parentesco	Idade	Profissão

Número de pessoas que trabalham na casa:

O estudante possui benefício de transferência de renda do governo? outros?

() sim () não

Qual(is)? _____

Faz uso do passe livre? _____

Faz uso do programa Sem Limite? _____

Possui Plano de Saúde? _____

Participações sociais e culturais da família:

Pessoa da família de referência do estudante:

Relacionamento do estudante com os familiares: _____

Com que idade o estudante começou a frequentar escola? _____

Quais escolas frequentou? _____

Citar o motivo da(s) mudança(s) de escolas: _____

Quem auxilia o estudante em casa nas atividades escolares? _____

O estudante participa de algum projeto/programa diferenciado no turno ou extra turno? () sim () não

() Esportes. Qual _____ () Teatro () Música

() Dança () outros _____

Qual Projeto/programa? _____

Responsável pelo projeto: _____

O estudante frequenta algum tipo de atendimento pedagógico extraescolar

Exemplos: (Atendimento educacional especializado AEE, Psicopedagoga, Reforço escolar, Kumon)?

() SIM () NÃO

Qual(is)? _____

O responsável conferiu e está de acordo com as informações citadas:

Data: ____/____/____

Assinatura do responsável

Parte 4 - Avaliação educacional inicial do estudante: (avaliação diagnóstica)

Habilidades Interpessoais / Afetivas	SIM	NÃO	Às vezes
Autoestima			
Humor instável			
Autoagressão			
Isolamento/timidez			
Sociabilidade			
Cooperação			
Respeito			
Consegue lidar com regras			
Consegue lidar com convenções sociais			
Consegue lidar com conflitos			

Resistência a frustrações			
Autorregulação (controle inibitório)			
Admite consequências de seus atos (mesmo que inapropriados)			

Observações: _____

Habilidades Cognitivas / Metacognitivas	SIM	NÃO	Às vezes
Interesse por objetos			
Atenção nas atividades propostas			
Memória sequencial			
Habilidade lógico-matemático			
Comparação			
Organização			
Associação			
Seriação			
Classificação			
Abstração (conduta simbólica)			
Percepções			
Discriminação e memória visual			
Discriminação e memória auditiva			
Discriminação tátil			
Percebe quando erra e acerta			

Observações: _____

Habilidades Motoras / Psicomotoras	SIM	NÃO	Às vezes
Compreensão do corpo como um todo			
Compreensão das partes do corpo e suas funções			
Percepção espacial (como se percebe no espaço)			
Flexibilidade motora (executa intencionalmente determinados movimentos, voluntário e sob comando)			
Equilíbrio estático (Ex.:ficar em pé em um pé só):			
Equilíbrio dinâmico (Ex.:andar em linha reta, subir, descer, pular com os dois pés, pular com um pé só):			

Adequação postural			
Coordenação motora grossa (marque): ☐ rola ☐ arrasta-se ☐ engatinha ☐ senta ☐ ajoelha ☐ ficar de pé ☐ anda ☐ corre ☐ outras. Qual/Quais _____			
Coordenação motora fina / Coordenação visomotora: (marque) ☐ Pega ☐ Solta ☐ Atira (joga) ☐ Dobra ☐ Rasga ☐ Modela ☐ Desenha tipos de traçado ☐ Possui controle direcional do traçado ☐ Pega corretamente a tesoura ☐ Recorta em linha reta ☐ Recorta em linha curva ☐ Pega corretamente o lápis ☐ Apresenta limite na pintura ☐ Realiza movimento de pinça ☐ Utiliza traçados retos e complexos			
Agitação motora			
Espasmo muscular			
Coordenação gráfica viso motora			
Lateralidade (noção de direita e esquerda)			

Observações: _____

Habilidades Comunicacionais	SIM	NÃO	Às vezes
Escuta e compreende o que é falado			
Faz uso da linguagem oral			
Há correspondência entre pensamento e fala			
Relata experiências pessoais			
Transmite recados			
Comunica-se com olhar			
Comunica-se por gestos			
Faz uso de expressões faciais			
Comunica-se com movimentos de cabeça			
Comunica-se através de sons guturais			
Faz uso de Comunicação Alternativa			

Faz uso de Tecnologia Assistiva			
---------------------------------	--	--	--

Observações: _____

Habilidades nas Atividades de Vida Diária (AVDs)	SIM	NÃO	Às vezes
Alimentação			
Alimenta-se sozinho			
Leva alimento com a mão à boca usando talher comum			
Leva alimento com a mão à boca usando talher com adaptação			
Bebe em mamadeira			
Usa copo comum			
Usa copo com bico			
Usa a colher/garfo			
Derrama alimentos			
Controla a salivagem			
Reflexo de mordida			
Aspectos alimentares			
Usa sonda			
Come sólidos			
Tem disfagia			
Higiene			
Pede para ir ao banheiro			
Vai ao banheiro sozinho			
Avisa quando está sujo			
Faz higiene íntima			
Tem controle esfinteriano? Se não, o que usa? () bolsa () fraldas			
Vestuário			
Veste roupas			
Despe roupas			
Consegue utilizar os complementos do vestuário:			
Botões			

Zíper			
Laços			
Calça tênis e sapatos			
Descalça tênis e sapatos			
Amarra cadarços			

Observações: _____

Áreas do Conhecimento	SIM	NÃO	Às vezes
Português			
Linguagem oral			
Relata com clareza o que ouve			
Interpreta o que ouve			
Expressa o pensamento demonstrando permanência dentro do assunto			
Leitura			
Diferencia letras de outros símbolos			
Reconhece vogais			
Reconhece consoantes			
Compreende que os sinais impressos correspondem aos sons da fala			
Lê sílabas			
Lê palavras			
Lê frases com compreensão			
Lê textos com uso razoável de pontuação			
Percebe idéias básicas do texto			
Interpreta fatos e relações no texto			
Relaciona o que lê com sua realidade social			
Interpreta enunciados orientadores de atividades			
Demonstra interesse por histórias e pequenos contos			
Associa rótulos de embalagens			
Realiza soletração de palavras			

Realiza leitura seguindo com o dedo da esquerda para a direita			
Interpreta a partir da sequência de imagens ou ilustrações:			
Escrita			
Nível da escrita: ☐ não se interessa por materiais de escrita / desenho ☐ garatuja ☐ pré-silábica ☐ silábica ☐ silábica alfabética ☐ alfabética ☐ Ortográfica			
Escreve o nome			
Escreve de forma espontânea, palavras ou letras conhecidas			
Utilização adequada do espaço do papel			
Escreve respeitando a direção espacial			
Escreve as letras de forma legível com uniformidade e espaçamento entre palavras			
Confunde letras parecidas			
Troca ou omite letras/fonemas			
Escreve letras espelhadas			
Escreve palavras demonstrando preocupação com a ortografia			
Escreve frases curtas			
Escreve textos curtos, apresentando sequência de idéias			
Produz textos apresentando preocupação com aspectos gramaticais (pontuação, letra maiúscula, parágrafo)			

Observações: _____

Matemática			
Possui noções matemáticas:			
Cor			
Tamanho			
Forma			

Espessura			
Grandezas/medidas			
classifica figuras geométricas planas			
Relaciona figuras geométricas à objetos concretos			
Sabe contar até			
Sabe registrar quantidade até...			
Identifica e representa numerais			
Traça corretamente os algarismos			
Relaciona números às quantidades			
Identifica o valor posicional dos algarismos de um número			
Decompõe numerais de diferentes maneiras			
Reconhece a sequência dos numerais estudados (antecessor e sucessor)			
Elabora a ordem numérica crescente e decrescente dos numerais estudados			
Identifica a posição de elementos numa ordem (1º, 2º, 3º, ... números ordinais)			
Consegue demonstrar com material concreto:			
Adição			
Subtração			
Multiplicação			
Divisão			
Consegue construir o algoritmo (registro da conta):			
Adição			
Subtração			
Multiplicação			
Divisão			
Compreende o sistema de numeração decimal (agrupamento) nas adições e multiplicações			
Desagrupa numerais ("pegar emprestado" nas subtrações)			
Resolve adições			
Resolve subtrações			
Resolve multiplicações			

Resolve divisões			
Resolve situações-problema envolvendo as operações estudadas			
Identifica números pares e ímpares			
Observações: _____			
	SIM	NÃO	Às vezes
Ensino Religioso			
Respeita as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios			
Apresenta atitudes de cuidado consigo mesmo, com o outro e com o ambiente			
Demonstra interesse e/ou curiosidade pelo conteúdo específico de Ensino Religioso?			
Inglês			
Identifica o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural			
Identifica similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas			
Demonstra interesse e/ou curiosidade pelo conteúdo específico de Inglês?			
Educação Física			
Vivencia práticas corporais propostas: () brincadeiras e jogos, () danças, () esportes () ginásticas			
Realiza as propostas de prática corporais () movimento corporal () organização interna () produto cultural (lazer e entretenimento, cuidado com o corpo e a saúde)			
Demonstra interesse e/ou curiosidade pelo conteúdo específico de Educação Física?			

Arte			
Participa lúdicamente de atividades da linguagem artística: () dança () teatro () música () artes visuais			
Participa de momentos de criação artística			
Demonstra interesse e/ou curiosidade pelo conteúdo específico de Arte?			

Observações: _____

	SIM	NÃO	Às vezes
Geografia / História			
Tem noção de espaço e localização? (topográfica)			
Tem noções de tempo?			
Compreende os conceitos de antes e depois			
Percebe a passagem do tempo (histórico, cronológico, meteorológico)			
Reconhece e utiliza instrumentos para registrar a passagem do tempo			
Percebe que faz parte de diferentes grupos sociais			
Elabora a seqüência de sua vida através de fatos significativos			
Está se desenvolvendo em relação a construção e percepção da identidade?			
Identifica diferentes graus de parentesco			
Está construindo a noção de escala?			
Demonstra interesse e/ou curiosidade pelo conteúdo específico de história e geografia?			
Reconhece o endereço como sistema de referência para localização das pessoas			
Ciências			

Tem noções básicas do esquema corporal?			
Possui hábitos de higiene e saúde?			
Preocupa-se com a limpeza e organização do ambiente da sala / escola?			
Está construindo noções de educação ambiental?			
Demonstra interesse e/ou curiosidade pelo conteúdo específico de ciências?			
Identifica alguns tipos de seres vivos com os quais convive em sua habitação			

Observações: _____

Parte 5 - Proposta curricular prevista no projeto pedagógico para o ano / turma do estudante. (anexar)

Ano: _____ Turma: ____ Ano: 20____.

5.1 Necessidades educativas especiais / específicas (barreiras educativas) decorrentes da condição do estudante:

() Comunicação aumentativa / alternativa

() Libras

() Braille

() Adequação de material (ampliação, adaptação em Libras, Braille, uso de imagens ou questões diretas, Construção de passo a passo...)

() Adequação no ambiente (rampas, sinalizadores...)

() Adequações Atitudinais (acreditar nas possibilidades do estudante, evitar bullying, preconceito)

() Estratégias diferenciadas (recursos visuais, sons/imagens, Clarificação de conteúdos, agrupamentos produtivos...)

() Profissional de Apoio (cuidador, monitor, estagiário)

() Atendimento Educacional Especializado – AEE

() Tecnologia Assistiva

() Informática Acessível

() Flexibilização de conteúdo, tempo e objetivos

() Auxílio Ledor (para as avaliações)

() Auxílio transcrição (para as avaliações)

() Nenhuma

Observações: _____

Parte 6 - Plano de ação (formulário anexo)

MODELO DE PLANEJAMENTO TRIMESTRAL						
DISCIPLINA:			ANO DO CICLO:		TRIMESTRE:	
PROFESSOR(A)			PEDAGOGO(A)			
ESTUDANTE:						
PERÍODO	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADES	METODOLOGIA ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	RECURSOS	AValiação
1º						
2º						
3º						
4º						
* CADA PERÍODO TEM ENTRE 15 E 17 DIAS LETIVOS. COMPLEMENTAR O ESTUDANTE SEGUNDO SUAS PONTENCIALIDADES E/OU HABILIDADES.						

Obs.: Colunas 01 a 04 iguais da turma (período, objeto de conhecimento, unidade temática, habilidades)

Colunas 5 a 7 - Levar em consideração as capacidades, habilidades e aptidões do estudante, respeitando suas limitações. (metodologia/estratégia de intervenção, recursos, avaliação)

Indicar critérios e instrumentos para a avaliação:

- | | | |
|---|--|---|
| ☐ Portfólio | ☐ Relatos | ☐ Registro escrito |
| ☐ Observação | ☐ Desenhos | ☐ Vídeos |
| ☐ Fotos | ☐ Avaliação Escrita | ☐ Pesquisa |
| ☐ Avaliações orais | ☐ Múltipla escolha | ☐ Trabalho em grupo |
| ☐ Trabalho Individual | ☐ Apresentações | ☐ Conselho de classe |
| ☐ Provas de marcar a resposta certa ou ligar | ☐ Entrevistas | |
| ☐ Reuniões com a equipe pedagógica | ☐ Roda de conversas | |
| ☐ Outros. Qual(is)? | | |

Parte 7 - Avaliação e Reestruturação do Plano

(Serão anexadas ao PDI inicial todas as alterações ao longo da escolaridade do/da estudante.)

Periodicidade: TRIMESTRAL

7.2 Data prevista para avaliação e reestruturação deste PDI:

____/____/____

7.3 Objetivos que foram alcançados

7.4 Objetivos que não foram alcançados

7.5 Identificar mudanças a serem consideradas para a elaboração do próximo PDI:

7.6 Avaliação final do estudante:

- () Continuidade do PDI
- () Em Progressão para o ano seguinte
- () Em Continuidade para o ano seguinte

7.7 Observações:

Parte 8 - Assinatura dos envolvidos neste processo:

Professores: _____

Professor AEE: _____

Pedagogo(a): _____

Pais ou Responsável: _____

Direção: _____

Contagem, ____ de _____ de 20 ____.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES COMO ORIENTAÇÕES DO PDI

- ① A FAMÍLIA DEVERÁ PARTICIPAR E ASSINAR COMO CIENTE NA CONSTRUÇÃO DESTE INSTRUMENTO.
- ① ESTE INSTRUMENTO DEVERÁ FICAR EM LOCAL ACESSÍVEL A TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA ESCOLARIZAÇÃO DO ESTUDANTE. SUGERIMOS A SALA DA SUPERVISÃO.
- ① OS ASPECTOS OBSERVADOS E AVALIADOS NO QUE SE REFERE ÀS HABILIDADES E ÁREAS DO CONHECIMENTO, DEVEM ESTAR DE ACORDO COM O ESPERADO PARA A FAIXA ETÁRIA DO ESTUDANTE, SÉRIE / CICLO.
- ① DEVEM SER OBSERVADOS CURRÍCULO ESCOLAR E PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA.

- ③ A COLUNA DENOMINADA ÀS VEZES, PODE SER SUBSTITUÍDA POR EM DESENVOLVIMENTO OU OCASIONALMENTE.
- ③ AS PARTES 1, 2, 3, 4 E 5 NÃO NECESSITAM SER REFEITAS A CADA TRIMESTRE.
- ③ AS PARTES 6, 7 E 8 DEVERÃO SER REFORMULADAS TRIMESTRALMENTE.
- ③ OS QUADROS (MODELO DE PLANEJAMENTO TRIMESTRAL) SÃO INDIVIDUAIS PARA CADA DISCIPLINA.
- ③ PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA OU VISUAL UTILIZAR OS QUADROS DE AVALIAÇÃO INICIAL ESPECÍFICOS (ANEXO).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA			
AVALIAÇÃO DE NIVELAMENTO E PROFICIÊNCIA EM LIBRAS			
INSTITUIÇÃO:			
NOME DO ESTUDANTE:			
NOME DO INSTRUTOR: _____			
NOME DO INTÉRPRETE: _____			
INICIANTE (gestos domiciliares)			
CRITÉRIO	PERGUNTAS CHAVES	SIM	NÃO
1	O estudante percebe que a pessoa está falando e olhando em sua direção?		
2	O estudante usa a comunicação não verbal? Gestos, olhares, movimentos corporais e choros diferenciados?		
3	O estudante solicita objetos utilizando o olhar, o tocar e o apontamento?		
4	O estudante utiliza uma linguagem não verbal para pedir ajuda, variando seu olhar entre o objeto e a pessoa que a ajuda a pegar o objeto?		
5	O estudante imita sinais, apesar de apresentar configurações de mão e movimentos imperfeitos?		
6	O estudante aponta, olha, toca, identifica as coisas sobre as quais está falando?		
INTERMEDIÁRIO			
CRITÉRIO	PERGUNTAS CHAVES	SIM	NÃO
1	O estudante usa a língua de sinais para identificar, representar os objetos e ações?		

2	O estudante oferece informações por meio de sinais suficientes para as pessoas compreenderem a sua intenção?		
3	O estudante expressa quase tudo que quer, não deixando quase nenhuma informação subentendida?		
4	O estudante facilmente compreende os familiares e amigos e, da mesma forma, facilmente se faz entender?		
5	O estudante se comunica com facilidade e inteligibilidade através da Língua de Sinais?		
AVANÇADO – Fluência (Compreensão / expressão)			
CRITÉRIO	PERGUNTAS CHAVES	SIM	NÃO
1	O estudante mantém longas conversas diálogos e narrativa com alto nível de inteligibilidade, inclusive com estranhos?		
2	O estudante comunica com clareza suficiente a ponto de ser necessária apenas eventuais interrupções para esclarecimentos?		
3	O estudante consegue oferecer detalhes durante uma conversa para evitar mal entendidos ou evitar ambiguidade?		
4	O estudante consegue manter um diálogo preciso sobre um tópico que não lhe seja completamente familiar?		
5	O estudante utiliza outras formas de expressão para dizer algo e expressões idiomáticas(Metáfora), evitando o uso excessivo de palavras?		
Bibliografia: QUADROS, R. M. Avaliação da língua de sinais em crianças surdas na escola.			
Editora Saraiva, São Paulo, 2009			

Avaliação para deficiência visual – Baixa Visão e Cegueira

Você professor observou se o estudante frequentemente apresenta um dos comportamentos a seguir:			
	SIM	NÃO	AS VEZES
Aperta os olhos para enxergar no quadro?			
Lacrima os olhos quando lê?			
Coça os olhos frequentemente?			
Olhos ficam vermelhos?			
Reclama dor de cabeça ou nos olhos?			
Apresenta dificuldades para ver mesmo com a utilização de recursos ópticos?			

O estudante tem boa postura e posicionamento para execução das atividades solicitadas?			
O estudante mexe muita a cabeça buscando a posição que mais favoreça o uso o seu campo de visão?			
Alguns itens são importantes para que o estudante com diagnóstico de Baixa Visão possa ter menos impacto ou danos na sua condição visual. É necessário observar e perguntar ao estudante se é confortável:			
	SIM	NÃO	AS VEZES
A posição da carteira ou local que está, de forma que a claridade não incida diretamente sobre os seus olhos ou gere sombras que atrapalhem sua leitura e escrita?			
Há reflexos no quadro?			
A distância do quadro?			
A aproximação do material de leitura para perto dos olhos?			
Utiliza letras móveis para registro é melhor?			
Utilizar letra caixa alta é melhor?			
Se aumentar a letra das atividades é melhor?			
Utilizar materiais em contrastes preto no branco é melhor			
Utilizar cores para destacar palavras ou frases em textos é melhor?			
Utilizar pauta bem escura ajuda?			
Utilizar o espaçamento das pautas em linha dupla ajuda?			
Nos registros quais os tipos de lápis ou caneta são melhor? () lápis 4B () lápis 6B () Caneta esferográfica ou de ponta porosa preta			
É necessário contornar as imagens de mapas, figuras e formas geométricas?			
O estudante faz uso da guia de escrita para página inteira ?			
Utilizar recursos em relevo ajuda?			
O estudante faz uso do plano inclinado? Em qual situação? _____ _____ _____ _____ _____			

Quanto a orientação e mobilidade para os estudantes com Deficiência Visual, cegos ou com Baixa Visão é necessário observar a organização das salas e ambientes frequentados e como eles se integram neles:		
O estudante consegue reconhecer a posição das mesas, cadeiras e armários e demais objetos após ter sido apresentado previamente?		
O estudante sabe onde estão dispostos os materiais, murais e qualquer recurso de acesso dos estudantes após ter sido informado previamente?		
O estudante consegue ir ao banheiro ou outra dependência da escola sozinho?		
O estudante se alimenta sozinho?		
A organização da sala e dos ambientes quanto a pastas e objetos no chão, que podem causar acidentes, permite ao estudante se locomover em segurança?		
O estudante precisa da *audiodescrição das ilustrações nos livros didáticos e livros de histórias, gráficos, mapas, vídeos, fotografias, avaliações, passeios, etc.?		
O estudante faz uso de equipamentos tecnológicos para leitura e escrita? Quais? _____ Quem orientou? _____		
O estudante consegue ter boa percepção de sons do ambiente e da aula?		
O estudante consegue discriminar sons?		
Como o estudante se orienta para buscar os sons das conversas, barulhos...? Por exemplo coloca a(s) mão no(s) ouvido(s), gira a cabeça a todo momento etc. Descreva:		
O estudante tem acesso a computador, gravador ou outra tecnologia necessários para seu aprendizado? Em que momento?		
O estudante conhece e utiliza o sistema **Braille?		
O estudante conhece e utiliza o ***Soroban?		
O estudante tem Atendimento Educacional Especializado (AEE)?		

* Audiodescrição é uma faixa narrativa adicional para pessoas com deficiência visual, intelectual, dislexia e idosos, consumidores de meios de comunicação visual, onde se incluem a televisão, o cinema, a dança, a ópera e as artes visuais.

** Braille é um sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão. É tradicionalmente escrito em papel em relevo. Os usuários do sistema Braille podem ler em telas de computadores e em outros suportes eletrônicos graças a um mostrador em braile atualizáveis. Criador: Louis Braille

*** Soroban é o nome dado ao ábaco japonês, que consiste em um instrumento para cálculo, originalmente chinês, e levado para o Japão em torno de 1600 d.C.. É um instrumento utilizado até hoje, no Japão e em outras partes da Ásia.

MODELO DE PLANEJAMENTO TRIMESTRAL						
DISCIPLINA:			ANO DO CICLO:		TRIMESTRE:	
PROFESSOR(A)			PEDAGOGO(A)			
ESTUDANTE:						
PERÍODO	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADES	METODOLOGIA ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	RECURSOS	AValiação
1º						
2º						
3º						
4º						
* CADA PERÍODO TEM ENTRE 15 E 17 DIAS LETIVOS. COMPLEMENTAR O ESTUDANTE SEGUNDO SUAS PONTENCIALIDADES E/OU HABILIDADES.						



15. ANEXO 7: CARTA DE APRESENTAÇÃO PDI EDUCAÇÃO INFANTIL

SEDUC – SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - DIRETORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI) ou PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI) PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADAS EM ESCOLAS REGULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – UMEIs, ESCOLAS MUNICIPAIS COM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL VINCULADAS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS.

A inclusão da criança com deficiência na escola regular faz parte da história recente da educação brasileira, sendo necessário o estabelecimento de uma legislação específica para garantir essa inserção de maneira obrigatória¹

Considerando também que o reconhecimento da Educação Infantil como etapa da Educação Básica é bem recente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, saindo do âmbito da saúde e da assistência. Somente em 2009 esta etapa foi conceituada legalmente, por meio da Resolução CNE/CEB Nº05/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

Nesse contexto, torna-se um desafio atender às crianças de 0 (zero) a 5 (cin-

¹ Decreto Federal 3298 de 20 de dezembro de 1999.

co) anos, em suas especificidades, considerando a diversidade do seu público: seja em função da idade, das suas características pessoais, do contexto econômico ou familiar, dentre outros. Não se pode desconsiderar que o atendimento à criança pequena deve ser efetivado intersetorialmente, em função da complexidade que envolve esta etapa da Educação Básica e que necessita da articulação com outros setores, visando atendê-las em sua integralidade.

Compreendendo que todas as crianças são competentes e únicas e que, em alguma medida, precisam de suporte diferenciado para a aquisição das aprendizagens, torna-se evidente que a prática pedagógica, desenvolvida em cada uma das instituições de Educação Infantil, deve considerar todas as crianças matriculadas na turma, independentemente de etnia, raça, cor, nacionalidade e se têm ou não alguma deficiência.

Essa posição se justifica na perspectiva de que nossa proposta pedagógica está alicerçada na concepção da avaliação como promotora de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem: criança, professor, educador, equipe gestora ou familiares. Esse processo remete às ações de análise, observação, reflexão, planejamento, execução, mediação, acompanhamento, registro e avaliação, tendo como objetivos a construção e/ou ampliação de habilidades de todos os sujeitos envolvidos e a proposição de novas rotas a serem seguidas pelos profissionais que atuam com as crianças.

A compreensão de que todas as crianças necessitam de um olhar e de uma atenção individualizada, considerando que cada uma apresenta características gerais relacionadas ao desenvolvimento físico e que este depende das vivências, experiências e estímulos, deve orientar o fazer cotidiano na instituição educativa.

Pesquisas comprovam que todas as crianças são competentes desde que nascem, são sujeitos de direitos, ser histórico e social, que transformam o mundo e as pessoas que com elas convivem. A criança com deficiência integra este contexto.

Da mesma forma que cada criança da turma é um ser único a ser investigado, para que as práticas adequadas às suas necessidades sejam planejadas intencionalmente pelo(a)s professor(a)s, a criança com deficiência precisa deste olhar investigativo dos profissionais que lidarão com ela, tentando entender suas características, conquistas, fragilidades e os desafios a serem superados. Esse entendimento ganha ainda mais respaldo com a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º que determina que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às esco-



la organizar-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". (MEC/Seesp 2001)

Para garantir a inclusão de fato e de direito das crianças com deficiência nas escolas regulares, existe um aparato legal, com definições precisas a serem implementadas, dentre elas a exigência da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual – PDI – Resolução CEE/MG 460/13.

De acordo com essa Resolução o Plano de Desenvolvimento Individual é um instrumento obrigatório para acompanhamento, avaliação, regulação da aprendizagem e planejamento da intervenção pedagógica, visando pleno desenvolvimento e aprendizagem do/da estudante com deficiência física, sensorial, visual e auditiva, intelectual, múltipla, Transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação.

Considerando que todas as crianças têm direito a uma aprendizagem significativa, que atenda às suas características e necessidades, independentemente de classe social, nível econômico ou social, etnia ou deficiência, seria justo e mais correto que todas as crianças tivessem um Plano de Desenvolvimento Individual.

Pensar que este se destina a apenas um grupo determinado de crianças vai na contramão do que defendemos, tendo em vista que todas as crianças precisam de uma proposta individualizada e de intervenções específicas. Porém, atendendo à legislação já citada, faremos este recorte, apresentando ao final do texto, a orientação para elaboração do PDI para a Criança com deficiência matriculada na Educação Infantil, bem como o instrumento a ser utilizado pelo(a)s professor(a)s.

Ao ser informada da matrícula de uma criança com deficiência na turma, o(a) professor(a) deve estabelecer relação com os responsáveis pela criança, realizando uma conversa e o preenchimento da Ficha de Anamnese Geral e a Avaliação Diagnóstica Inicial, primeira etapa do PDI, onde serão registradas as informações mais relevantes sobre a criança e que orientarão as primeiras

práticas com ela na instituição.

Ao conhecer a criança, o(a) professor(a) deve estar atento, buscando identificar suas conquistas, pois antes de chegar na instituição escolar, a criança experimentou situações das mais diversas. É preciso “jogar luz” nesse conhecimento adquirido e, a partir de então, promover outras situações e vivências que permitam a continuidade dessa construção. O professor, durante sua prática, lançará mão de estratégias diferenciadas, que considerem as experiências de cada uma das crianças, com deficiência ou não.

Deve-se ter clareza de que a educação é um processo e que todas as crianças partem de um lugar específico avançando rumo a conquista de patamares mais complexos em seu desenvolvimento, dependendo dos estímulos; cada uma do seu jeito e a seu tempo. Não há como generalizar o tempo e o ponto de chegada para todas. Não há como definir a criança e caracterizar a construção de seus conhecimentos adquiridos com um x marcando “sim, não, talvez ou em desenvolvimento”, pois todas as crianças estão em desenvolvimento e, nenhuma deve ser considerada como tendo alcançado o limite de seu desenvolvimento recebendo um SIM ou que nenhuma conquista pôde ser observada, recebendo um NÃO.

A Educação Infantil vem sendo reconhecida por todos os setores, que começam a compreender sua importância e o que é próprio desta etapa da Educação Básica, não sendo mais aceitáveis a antecipação de conteúdos e as propostas de avaliação e/ou PDI que são próprios do Ensino Fundamental.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, dos cadernos “Currículo da Educação Infantil de Contagem: experiências, saberes e conhecimento” e da promulgação da Base Nacional Curricular Comum para a Educação Infantil - BNCC nota-se um esforço dos profissionais em conhecer, se apropriar e implementar um currículo centrado nas crianças, suas características e necessidades e não em conteúdos específicos, oferecendo um cardápio de possibilidades de experiências e vivências significativas, visando o seu pleno desenvolvimento.



Em se tratando de avaliação, existe um esforço por desnaturalizar concepções que comparam, julgam e segregam os sujeitos, corroborando com pesquisas que apontam que é nas relações entre os pares, companheiros mais capazes e adultos, que o indivíduo agrega às estruturas anteriores novas estruturas, deslocando-se da zona de desenvolvimento real para a zona de desenvolvimento proximal². Dessa forma, estão sendo criadas metodologias que favorecem as interações entre os pares de mesma idade e de idades diferentes e planejamentos que potencializam cada sujeito.

No caso da criança com deficiência, após o levantamento das demandas específicas, o(a)s professor(a)s também devem criar estratégias para que as barreiras sejam minimizadas e a aprendizagem destas crianças aconteça.

Existe o consenso de que tanto as concepções atuais que orientam as práticas na Educação Infantil quanto a avaliação e a inclusão da criança com deficiência são desafios presentes em todas as instituições que atendem a esta faixa etária. Mas há também a concordância de que as mudanças não acontecem do dia para a noite e exigirá esforço, persistência e muita pesquisa de todos os envolvidos com a educação de todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade.

Estas ações garantirão a inclusão de todas as crianças e a efetivação de uma escola de fato inclusiva. Este sonho é possível de ser realizado. Basta trabalharmos dentro da perspectiva da aprendizagem colaborativa, que possibilite a todos aprender, conviver e valorizar as diferenças.

Contagem, 01/11/19

² Vigostky, L. S. A Formação Social da Mente, 1994.



16. ANEXO 8: MODELO DE PDI PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Secretaria Municipal de Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Individual ou PEI – Plano de Ensino Individualizado para a Educação Infantil

A primeira parte do PDI, avaliação diagnóstica inicial, que contém informações gerais sobre a criança, deverá ser preenchida no período de adaptação, após o preenchimento da ficha de anamnese geral.

As partes relacionadas ao acompanhamento do processo de desenvolvimento da criança deverão ser preenchidas semestralmente.

Avaliação diagnóstica Inicial

3.1.1 O Professor ou o Pedagogo deverá preencher a ficha de anamnese geral, bem como os tópicos do PDI correspondentes à avaliação diagnóstica inicial, acompanhado da família da criança, em reunião específica, na unidade escolar.

1. Identificação

1.1 Da instituição

Nome:			
Endereço:			
Email:			
Telefone:			
Responsáveis pela elaboração do PDI:			
Professores(a) da turma (referência e apoio):			
Pedagogo(a):	Diretor:	Profes-	
sor(a) AEE:	Estagiário(a):	Cuidador(a):	1

Segmento da Educação Infantil			
() Creche	idade ()	Pré-escola	idade
Turno de Atendimento			
() Manhã	() Tarde	() Integral	
1.2 Da Criança			
Nome:			
Data de nascimento:			
Filiação			
Pai:	Idade:	Mãe:	Idade: Responsáveis: Idade:
É imigrante? () Sim () Não Fala português? () Sim () Não Entende português? () Sim () Não			
Que idioma utiliza?			
Os pais leem para a criança? () Sim () Não O que a criança gosta que leiam para ela?			

Quais as brincadeiras preferidas da criança?

Qual a deficiência ou comprometimento que a criança apresenta?

() deficiência física () sensorial () visual ()
auditiva () intelectual () múltipla () transtorno global do
desenvolvimento (TGD) () altas habilidades/superdotação
() Outras

CID da deficiência:

A criança toma algum medicamento? () Sim () Não Especifique quais os medicamentos.

Que efeitos o(s) medicamento(s) causa(m) na criança, em relação à atenção, memória, estado de alerta, dentre outros.

1.3 Dos atendimentos

Nome do Especialista: Especialidade: Contatos: Nome do
Especialista: Especialidade: Contatos

Nome do Especialista: Especialidade: Contatos

1.4 Sobre a investigação familiar

Quando a família percebeu que a criança tinha algum comprometimento em seu desenvolvimento?

Que comportamentos despertaram a suspeita de algum comprometimento?

Quem fez o diagnóstico?

Qual foi a reação dos pais e da família ao receber o diagnóstico?
Qual é a relação dos pais e da família com a criança, desde que tiveram acesso ao diagnóstico?
Qual o entendimento da criança em relação ao diagnóstico?
Quem acompanha a criança, no seu processo de desenvolvimento, desde o nascimento?
Com qual idade a criança andou?
Com qual idade a criança falou?
Que características especiais têm essa criança?
Como é a alimentação da criança em casa? Que tipo de alimentos são oferecidos?
Como é o sono da criança em casa? Precisa de algum objeto de apego? Qual a posição mais adequada?
De que maneira a criança comunica suas necessidades?
Como se comporta quando contrariada?

Como se porta em relação a regras e limites?
Como a família resolve os conflitos e atende seus desejos?
Quais são as atividades realizadas pela criança em casa?
Quem cuida da criança em casa?
Existe alguma materialidade específica (suporte) que utiliza em casa? Materiais adaptados, banheiro, brinquedos outros.
Fale-me sobre a criança
4. Sobre a investigação escolar com a família
É a primeira vez da criança em uma instituição escolar? () Sim () Não
Nome da(s) instituição (ões) que já frequentou
O que levou a família a matricular a criança em uma instituição escolar

Por que os pais/família/responsáveis escolheram esta escola para seu(sua) filho(a)?
O que os pais/família/responsáveis esperam dessa escola, no processo de desenvolvimento de sua/seu filho(a)?
5. Sobre a investigação escolar com os professores responsáveis pela criança.
Os professores tiveram acesso às propostas vivenciadas pela criança nas etapas anteriores a sua entrada nesta turma?
Como foi o período de adaptação?
Descreva as experiências e vivências propostas às crianças neste semestre
De que maneira a criança participou das atividades propostas?
De que maneira participou das atividades junto com os colegas, nos diferentes
Houve necessidade de suporte? Quais?

Durante a permanência na instituição, a criança necessita de apoio:

- ☐ troca de fraldas
- ☐ banho
- ☐ locomoção/deslocamento
- ☐ troca de roupas
- ☐ acompanhamento aos banheiros
- ☐ alimentação
- ☐ nos momentos de sono/descanso
- ☐ em momento de agitação ou similar
- ☐ auxílio com aparelhos, órteses, próteses ou outros, de uso do estudante

A criança se alimenta na instituição?

- ☐ Sim ☐ Não

Existe alguma dificuldade da criança se alimentar na instituição?

- ☐ Sim ☐ Não

Justifique:

A criança necessita de dieta especial?

- ☐ Sim ☐ Não

Quais?

A criança utiliza transporte escolar? ☐ Sim ☐ Não Transporte sem limite ☐ Sim ☐ Não

Os responsáveis pela criança demonstram interesse em acompanhar seu processo de escolarização?

9

Tem dificuldade em aceitar e cumprir as regras da instituição?

- ☐ Sim ☐ Não

Como os profissionais da escola/UMEI resolvem os conflitos relacionados à criança na instituição?

Como a criança resolve seus conflitos?

A criança necessita de objeto de apego? ☐ Sim ☐ Não Qual(is)?

A criança demonstra sono durante as atividades? ☐ Sim ☐ Não Em que momentos ou horários?

A criança demonstra impaciência durante as atividades? () Sim () Não Em que momentos ou horários?
Qual o grau de independência demonstrado pela criança?
Quais atividades mais gosta de realizar?
Quais atividades mais trouxeram incômodo à criança?
Que conhecimentos demonstrou adquirir ou ampliar ao longo desse semestre?
6. Descreva as necessidades específicas da criança visando seu desenvolvimento no ambiente escolar, relacionadas aos seguintes aspectos:
Comunicação:
Aspecto motor:
Recursos e equipamentos utilizados:
Suportes (visual, auditivo, tátil outros)
A partir da análise deste semestre, que propostas serão projetadas para o próximo semestre?
7. Proposta Curricular – O currículo específico para a Educação Infantil deverá oferecer às crianças matriculadas vivências e experiências diversas que permitam a compreensão do mundo que as cercam. A proposta curricular para a Educação Infantil está descrita nos Cadernos de Currículo de Contagem e na Base Nacional Curricular Comum para a Educação Infantil (BNCC). Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a creche e a pré-escola estão descritos na BNCC, por faixas etárias. Parafraseando Gabriel Junqueira, denominaremos como a parte cheia do currículo os descritores oficiais do currículo. As características dos estudantes, contextos, demandas e necessidades, denominaremos a parte vazia do currículo. A proposta pedagógica para as crianças deverá considerar as partes cheia e vazia do currículo.

POTENCIALIDADES DA CRIANÇA O que esta criança demonstra conhecer? (Olhar para além do que está visível, aparente e se apresenta).	DEMANDA(S) Considerar a parte cheia(Definições da BNCC) e vazia (Características e necessidades da criança) do Currículo.	BARREIRAS O que impede a participação da criança nos processos de aprendizagens e ampliação dos conhecimentos.	ESTRATÉGIAS/ METODOLOGIAS Propostas que serão elaboradas para que a criança construa ou amplie as habilidades definidas no quadro de demandas.

8. Relato das experiências e vivências proporcionadas à criança

--

9. Relatório individual da criança (Destacar as conquistas/avanços que a criança alcançou neste semestre)

Observações / reflexões

--



17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Cristiano dos Santos. SILVA, Tiago Aquino da Costa e. Jogos cooperativos: contemplando a sociedade do século XXI. São Paulo: Supimpa, 2019.

ARAÚJO, Cristiano dos Santos. JUNIOR, Alípio Pines. SILVA, Mérie Hellen Gomes de Araújo da Costa e. SILVA, Tiago Aquino da Costa e. Jogos do Mundo Todo. Supimpa, 2018.

BARRETO, Lília Maria Souza. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. ROMAS, Eliane de Souza. Atendimento Educacional especializado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Laboratório de Estudos e Pesquisas em ensino e diferença, 2018. BRASIL,

FRUFREK, Giselle. O Brincar e a Natureza: relações entre o ser e as descobertas. São Paulo: Supimpa, 2019.

RELVAS, Marta Pires. Cérebro: contextos, nuances e possibilidades. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

SILVA, Ivani Rodrigues. SILVA, Marília P. Marinho Silva (org.). Letramento na diversidade. Surdos Aprendendo a Ler/Escrever. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.

TUBELO, Liana Cristina Pinto (org.). O Brincar para Todos: inclusão em múltiplas linguagens. São Paulo: Supimpa, 2019.

Secretaria de
Educação



contagem.mg.gov.br | **f** /**PrefeituraContagem**

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTAGEM

Rua Coimbra, 100 - Bairro Santa Cruz Industrial – Contagem

E-mail: seduc.gabinete@contagem.mg.gov.br

Site: www.contagem.mg.gov.br/educacao

